

COMPONENTE 1

TERMOS DE REFERÊNCIA

1 – IDENTIFICAÇÃO DA CONSULTORIA

Contratação de serviços para apoio à elaboração das normas de referência dos serviços de saneamento básico sob responsabilidade da ANA.

2 - JUSTIFICATIVA

2.1 Antecedentes

Em 15 de julho de 2020, foi aprovado o novo Marco Legal do Saneamento, composto por alterações em diversas Leis (Lei nº 9.984/2000, Lei nº 10.768/2003, Lei nº 11.107/2005, Lei nº 11.445/2007, Lei nº 12.305/2010, Lei nº 13.089/2015 e Lei nº 13.529/2017) que concorrem para melhorias do setor visando a universalização dos serviços, em suas quatro vertentes: abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários, coleta e tratamento de resíduos sólidos e manejo das águas pluviais.

Essa Lei nomeia a ANA como coordenadora da Regulação da Prestação dos Serviços de Saneamento, por meio das seguintes atribuições:

“Art. 4º-A. A ANA instituirá normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico por seus titulares e suas entidades reguladoras e fiscalizadoras, observadas as diretrizes para a função de regulação estabelecidas na Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

§ 1º Caberá à ANA estabelecer normas de referência sobre:

I - padrões de qualidade e eficiência na prestação, na manutenção e na operação dos sistemas de saneamento básico;

II - regulação tarifária dos serviços públicos de saneamento básico, com vistas a promover a prestação adequada, o uso racional de recursos naturais, o equilíbrio econômico-financeiro e a universalização do acesso ao saneamento básico;

III - padronização dos instrumentos negociais de prestação de serviços públicos de saneamento básico firmados entre o titular do serviço público e o delegatário, os quais contemplarão metas de qualidade, eficiência e ampliação da cobertura dos serviços, bem como especificação da matriz de riscos e dos mecanismos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das atividades;

IV - metas de universalização dos serviços públicos de saneamento básico para concessões que considerem, entre outras condições, o nível de cobertura de serviço existente, a viabilidade econômico-financeira da expansão da prestação do serviço e o número de Municípios atendidos;

V - critérios para a contabilidade regulatória;

VI - redução progressiva e controle da perda de água;

VII - metodologia de cálculo de indenizações devidas em razão dos investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados;

VIII - governança das entidades reguladoras, conforme princípios estabelecidos no art. 21 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007;

IX - reúso dos efluentes sanitários tratados, em conformidade com as normas ambientais e de saúde pública;

X - parâmetros para determinação de caducidade na prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

XI - normas e metas de substituição do sistema unitário pelo sistema separador absoluto de tratamento de efluentes;

XII - sistema de avaliação do cumprimento de metas de ampliação e universalização da cobertura dos serviços públicos de saneamento básico;

XIII - conteúdo mínimo para a prestação universalizada e para a sustentabilidade econômico-financeira dos serviços públicos de saneamento básico.

As Normas de Referência terão como objetivos:

I - promover a prestação adequada dos serviços, com atendimento pleno aos usuários, observados os princípios da regularidade, da continuidade, da eficiência, da segurança, da atualidade, da generalidade, da cortesia, da modicidade tarifária, da utilização racional dos recursos hídricos e da universalização dos serviços;

II - estimular a livre concorrência, a competitividade, a eficiência e a sustentabilidade econômica na prestação dos serviços;

III - estimular a cooperação entre os entes federativos com vistas à prestação, à contratação e à regulação dos serviços de forma adequada e eficiente, a fim de buscar a universalização dos serviços e a modicidade tarifária;

IV - possibilitar a adoção de métodos, técnicas e processos adequados às peculiaridades locais e regionais;

V - incentivar a regionalização da prestação dos serviços, de modo a contribuir para a viabilidade técnica e econômico financeira, a criação de ganhos de escala e de eficiência e a universalização dos serviços;

VI - estabelecer parâmetros e periodicidade mínimos para medição do cumprimento das metas de cobertura dos serviços e do atendimento aos indicadores de qualidade e aos padrões de potabilidade, observadas as peculiaridades contratuais e regionais;

VII-estabelecer critérios limitadores da sobreposição de custos administrativos ou gerenciais a serem pagos pelo usuário final, independentemente da configuração de subcontratações ou de subdelegações; e

VIII - assegurar a prestação concomitante dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Além disso, caberá à ANA:

- disponibilizar ação mediadora ou arbitral nos conflitos que envolvam titulares, agências reguladoras ou prestadores de serviços públicos de saneamento básico (Art. 4º-A, Parágrafo 5);
- avaliar o impacto regulatório e o cumprimento das normas de referência (Art. 4º - A, Parágrafo 6);
- elaborar estudos técnicos para o desenvolvimento das melhores práticas regulatórias para os serviços públicos de saneamento básico, além de guias e manuais para subsidiar o desenvolvimento das referidas práticas (Art.4º-A, Parágrafo 10);
- promover a capacitação de recursos humanos para a regulação adequada e eficiente do setor de saneamento básico (Art.4º-A, Parágrafo 11);
- contribuir para a articulação entre o Plano Nacional de Saneamento Básico, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos e o Plano Nacional de Recursos Hídricos (Art.4º-A, Parágrafo 12);
- promover juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Regional a interoperabilidade do SNIRH com o SINISA (Art. 53, Parágrafo 4º);
- manter atualizada e disponível, em seu sítio eletrônico, a relação das entidades reguladoras e fiscalizadoras que adotam as normas de referência nacionais para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico (caput do Art. 4º-B);
- disciplinar, por meio de ato normativo, os requisitos e os procedimentos a serem observados, pelas entidades encarregadas da regulação e da fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico (Art. 4º-B, Parágrafo 1);
- verificar, periodicamente, a adoção das normas de referência nacionais para a regulação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico por ela estabelecidas;
- encaminhar periodicamente ao Comitê Interministerial de Saneamento Básico os relatórios analisados pela Diretoria Colegiada e os demais assuntos do interesse desse órgão (Art. 13º inciso XI).

Cabe ressaltar que também incumbe a ANA, para a adoção ou proposta de alterações dos atos normativos de interesse geral, realizar a Análise de Impacto Regulatório, conforme a Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019 – Lei das Agências, Capítulo I que trata do Processo Decisório das Agências Reguladoras, no Art. 6º. Essa exigência é reforçada pelo Decreto Federal nº 10.445/2020 que estabelece que “a edição, a alteração ou a revogação de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados, por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional será precedida de AIR”.

Por esse mesmo Decreto define-se AIR como:

(...) procedimento, a partir da definição de problema regulatório, de avaliação prévia à edição dos atos normativos de que trata este Decreto, que conterá informações e dados sobre os seus prováveis efeitos, para verificar a razoabilidade do impacto e subsidiar a tomada de decisão.

Assim, a emissão de Normas e Resoluções por parte da ANA devem, obrigatoriamente, incorporar esse “*modus operandi*” em seu processo.

2.2 Descrição do Problema e Justificativa

Com as novas atribuições estabelecidas pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico, verifica-se um imenso desafio para a ANA, sobretudo no que concerne à edição de Normas de Referência. Isso porque, em um relativamente curto espaço de tempo, deve-se produzir Normas de Referência com conteúdo tão específico e com nuances que requerem um conhecimento aprofundado de cada um dos temas, e que, mais ainda, devem contribuir para o aprimoramento do setor.

Nesse sentido, a ANA publicou, em 08 de março de 2021, sua Agenda Regulatória para o saneamento Básico, que envolve a edição de 23 atos normativos no biênio 2021-2022, como segue no Quadro 1.

Sendo assim, a contratação de profissionais com reconhecido saber nos diversos temas a serem tratados pelas Normas de Referência é primordial para apoiar a ANA nessa tarefa.

Quadro 1: Normas em saneamento básico com edição previstas para 2021-2022.

5 - Normas de Referência para o Saneamento	Procedimentos para a elaboração de normas.	01/2021
	Reequilíbrio econômico-financeiro para água e esgoto nos contratos de concessão licitados.	01/2021
	Instituição de taxa/tarifa para resíduos sólidos urbanos.	01/2021
	Indenização de ativos para água e esgoto.	02/2021
	Conteúdo mínimo de contratos de programa e de concessão para água e esgoto.	01/2021
	Padrões e indicadores de qualidade e eficiência e avaliação da eficiência e eficácia.	01/2021
	Modelo organizacional das agências reguladoras infranacionais, transparência e accountability.	02/2021
	Procedimentos para mediação e arbitragem.	02/2021
	Diretrizes para infrações e penalidades do prestador dos serviços de água e esgotos.	02/2021
	Matriz de riscos de contratos para água e esgoto.	02/2021
	Diretrizes para metas progressivas de cobertura para água e esgoto e sistema de avaliação.	02/2021
	Procedimentos para comprovação da adoção das normas de referência.	02/2021
	Diretrizes para definição do modelo de regulação para água e esgotos.	02/2021
	Parâmetros para a determinação da caducidade.*	01/2022
	Critérios para a contabilidade regulatória privada para os serviços de água e esgotos.*	01/2022
	Condições gerais prestação dos serviços, atendimento ao público e medição, faturamento e cobrança, dos serviços de água e esgotos.*	01/2022
	Procedimentos gerais de fiscalização para os serviços de água e esgotos.*	01/2022
	Diretrizes para definição de modelo de regulação de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.*	02/2022
	Condições gerais de prestação dos serviços de resíduos sólidos urbanos.*	02/2022
	Definição de medidas de segurança, contingência e emergência, inclusive racionamento.*	02/2022
	Reajuste tarifário para água e esgoto.*	02/2022
	Revisão tarifária para água e esgoto.*	02/2022
	Diretrizes para redução progressiva e controle das perdas de água.*	02/2022

3 - OBJETIVO GERAL

O objetivo destes Termos de Referência é o de contratar serviços de Consultoria Técnica para apoiar a ANA na elaboração de 06 normas de referência de saneamento.

4 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar e descrever os problemas regulatórios das normas;
- Identificar os atores sociais afetados;

- Identificar e sistematizar o conjunto de leis e normas existentes sobre os temas;
- Mapear as alternativas de ação;
- Analisar os impactos das alternativas
- Identificar a melhor alternativa;
- Analisar comentários a minuta da norma;
- Avaliar e indicar as estratégias de implementação, fiscalização e monitoramento;
- Preparar o material de divulgação (cartilha).

5. ÁREA ABRANGIDA PELOS SERVIÇOS

Os produtos desse trabalho serão aplicados em todo o território nacional.

6. ESCOPO DO TRABALHO E PRODUTOS

Em linhas gerais, o escopo do trabalho corresponde ao apoio técnico à ANA no processo de elaboração de um conjunto de 06 normas de referência para regulação do setor de saneamento básico.

Essas normas de referência deverão ser elaboradas seguindo as boas práticas de regulação e deverão ser objeto de Análise de Impacto Regulatório - AIR, de audiências e consultas públicas e deverão ser construídas ouvindo as principais partes interessadas e/ou afetadas por cada norma de referência.

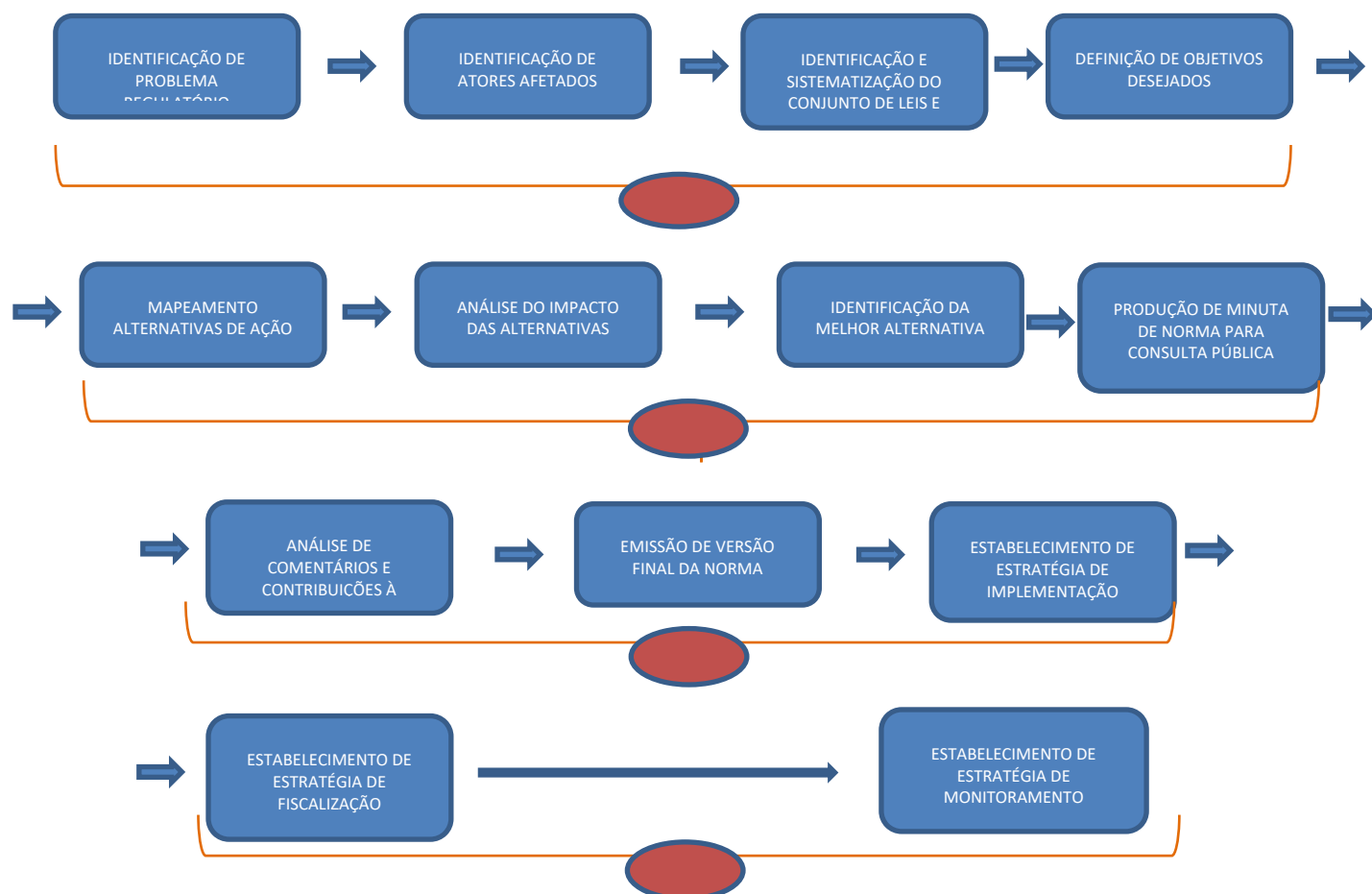
O trabalho como um todo tem como resultado esperado a produção de 06 Normas de Referência. A lista preliminar de normas a serem elaboradas consta do item 07 deste Termo de Referência.

A lista de normas apresentadas no item 07 tem como lastro a Agenda Regulatória aprovada pela ANA. No entanto, a Agenda Regulatória pode sofrer atualizações ao longo da vigência do contrato, em virtude de fatores de urgência e relevância. Eventuais alterações na lista de normas serão tratadas na gestão do contrato e, caso necessário, serão objeto de aditivo.

As normas devem ser classificadas quanto ao grau de complexidade de sua elaboração. A complexidade está atrelada ao conteúdo da norma, ao grau de maturidade e convergência do tema no meio regulatório, e à necessidade ou não de estudos prévios. Foram então definidos dois graus de complexidade - alta e média, sendo a de alta complexidade necessário o dobro do prazo para elaboração se comparado com a norma de média complexidade.

Conforme descrito anteriormente, a elaboração de cada norma de referência deverá abordar as boas práticas de regulação, em especial a Análise de Impacto Regulatório. Portanto, para cada norma, as seguintes etapas serão desenvolvidas:

Figura 1: Etapas de elaboração das normas de referência seguindo a metodologia de



AIR

6.1 Descrição das etapas, produtos e relatórios

Os trabalhos serão desenvolvidos a partir de Ordens de Serviço específicas para cada norma de referência. Seu planejamento considerará o calendário de discussão das normas segundo a Agenda Regulatória da ANA ou do planejamento interno da ANA.

Assim, para cada Norma de Referência, deverão ser realizadas as seguintes atividades pela Contratada:

a) Planejamento inicial da Norma de Referência

Para iniciar o trabalho de elaboração de cada Norma, a Contratada deverá apresentar um Planejamento detalhado das atividades a desenvolver. Esse planejamento deverá mencionar o material (estudos, dados, normas existentes etc.) que deverá ser reunido como base do trabalho, os profissionais a serem consultados e/ou convidados a debater, os stakeholders que devem estar envolvidos, a programação (tema, participação, local, calendário etc.) e a logística proposta para workshop(s) (organização do evento, local, coffee-break etc.) para discutir a norma e os aspectos e implicações mais relevantes.

Prevê-se que serão necessários pelo menos 2 (dois) workshops de até 2 dias cada para até 40 pessoas para cada norma de alta complexidade e 1 (um) workshop de até 2 dias para até 40 pessoas para cada norma de média complexidade. Esses

workshops poderão ocorrer em qualquer capital de Estado ou cidade-polo com acesso por via aérea. Para os workshops em Brasília, a Contratada deverá fornecer 2 (dois) coffee-breaks por dia de evento. Local e equipamentos de audiovisual serão fornecidos pela ANA. Para os workshops fora de Brasília, a instituição parceira na organização do workshop será responsável pelo local e pelo equipamento audiovisual. Caberá a Contratada, nesses casos, os coffee-break (dois por dia de evento), a organização técnica e apoio na condução de cada workshop. Enquanto perdurar a crise sanitária da pandemia do COVID-19, tais workshops deverão ocorrer remotamente.

Esse planejamento da norma deverá ser apresentado pela Contratada em reunião com a ANA para aprovação. Sendo aprovado esse planejamento, as etapas seguintes podem ser iniciadas.

b) Identificação de problema regulatório

No caso das Normas de Referência a serem elaboradas pela ANA, mesmo que a Lei já tenha preestabelecido os temas a serem normatizados, é necessária a validação de todas as etapas de impacto regulatório, durante sua elaboração. A identificação do problema é que dá o sentido à própria Norma e seu efeito, permitindo compreender todos os aspectos a serem abordados e, eventualmente, a necessidade de adequação de sua aplicação a escalas diferentes de serviços de saneamento.

A caracterização do problema deve levar em consideração a sua delimitação e as suas interrelações com outros temas que compõem o sistema regulatório, deve analisar as causas e consequências do problema e avaliar seus efeitos caso não seja feita intervenção alguma.

Um importante aspecto a ser levado em conta nesta etapa é que a definição do problema não pode ser “Falta de Regulamentação sobre o tema”, uma vez que essa definição já leva para uma falsa solução: “regulamentar o tema”. Deve-se buscar sempre a causa raiz do problema.

c) Identificação de atores afetados

Essa atividade permitirá avaliar a extensão do problema. Assim, é necessário conhecer quais e quantos titulares, usuários, prestadores do serviço, privados ou públicos, quais agências reguladoras estaduais, municipais e intermunicipais e outros eventuais *stakeholders* que são impactados pelo problema e que precisarão se adequar. Para isso é necessário agregar também o conhecimento a ser adquirido na próxima etapa.

d) Identificação e sistematização do conjunto de leis e normas existentes

O trabalho dessa etapa compreende a reunião e sistematização de todos os atos normativos que tratam do assunto, como leis, decretos, resoluções, portarias, manuais, pareceres, notas técnicas, entre outros dispositivos legais em todas as esferas do poder. Essa atividade visa, após análise do conteúdo das leis e normas, encontrar eventuais lacunas que sejam primordiais à solução do problema, pontos comuns e concorrentes, como também eventuais contradições. Também, permite levantar o impacto de uma norma de referência sobre aquelas agências reguladoras que já tratam do tema.

e) Definição de objetivos desejados

Conhecidos o problema e sua extensão, os atores afetados, os meios que existem, ou não, para sua tratativa, há que se definir o objetivo que se deseja alcançar com a elaboração daquela Norma de Referência, bem como a profundidade e abrangência do seu conteúdo. É como se se procurasse a dose adequada de um remédio para o mal identificado.

Também nessa fase deve-se fazer uma análise sobre o grau de detalhamento e recortes (geográficos, institucionais, climáticos) necessários, adequados e suficientes para o desenvolvimento de cada alternativa, de forma a adequar a regulação às suas especificidades.

Finalizadas as Etapas “a” a “e”, a Contratada deverá apresentar o produto P01 – PLANEJAMENTO, DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA E OBJETIVOS VISADOS, em que serão descritos e apresentados todos os trabalhos e documentos desenvolvidos em apoio a ANA nesse período.

f) Mapeamento de alternativas de ação

Inicia-se aqui uma etapa que busca efetivamente uma solução do problema. Consultas à bibliografia existente sobre o assunto, a experiências bem ou malsucedidas na resolução do problema podem e devem inspirar a proposição de alternativas aplicáveis ao enfrentamento do problema.

É importante lembrar que a regulação visa sempre a correção de falhas de mercado e a maximização da eficiência/qualidade do serviço, a fim de, ao se desenhar alternativas de solução, os normatizadores possam disciplinar seu anseio de solucionar o problema lançando mão de soluções alinhadas com a política pública ou com as diretrizes institucionais do setor.

Dentre as alternativas a serem identificadas, a alternativa “manter a situação atual” deve sempre constar do rol de alternativas a serem avaliadas.

Na identificação das alternativas, deve-se dar especial atenção às diretrizes das normas de referência, explicitadas no art. 4ª-A, parágrafo 3º e seus incisos, da Lei 9.984/2000.

Ao final dessa etapa, para as normas de complexidade alta, deverá ser realizado o primeiro workshop com os principais stakeholders, para coleta de percepções sobre o tema a ser regulamentado nos assuntos tratados até esta etapa. Para normas de média complexidade, a princípio, não haverá a necessidade desse workshop, a menos que durante a etapa “a” essa necessidade seja claramente identificada.

g) Análise do impacto das alternativas

Nessa etapa, para cada alternativa é necessário identificar os impactos diretos e indiretos sobre o setor saneamento e sobre os atores afetados. Estes devem ser classificados de acordo com as mudanças a serem sofridas ou não com a implantação da alternativa em análise (distinguindo aqueles que serão beneficiados daqueles que terão que pagar ou alterar suas ações ou comportamentos), de acordo com seu porte,

com sua natureza jurídica, as características técnicas e econômicas dos serviços prestados.

h) Identificação da melhor alternativa

Para identificar a melhor alternativa, diferentes técnicas, tais como análise multicritério, custo-benefício, custo-efetividade, análise do custo de *compliance* etc., devem ser utilizadas para comparar qualitativa e quantitativamente (quando possível) as opções, consideradas a priori, mais relevantes. As implicações e riscos sobre diferentes atores devem, também, ser analisadas. A Contratada deverá sugerir a forma de avaliação das alternativas mais adequada à regulação proposta, devendo priorizar, sempre que possível, métodos quantitativos.

Finalizadas as Etapas “f” a “h” a Contratada deverá apresentar o Produto P02 - MAPEAMENTO DE SOLUÇÕES E IDENTIFICAÇÃO DA MELHOR ALTERNATIVA, em que serão descritos e apresentados todos os trabalhos e documentos desenvolvidos em apoio a ANA nesse período.

Por ser uma fase mais longa, para as normas com alto grau de complexidade, está previsto a apresentação, pela Contratada, de um relatório de andamento após 90 dias da Ordem de Serviço, anterior ao P02.

Todas as contribuições ao documento recebidas e acatadas, inclusive do P01, deverão ser incorporadas à minuta de norma de referência a ser elaborada pela Contratada. A norma de referência deve ser elaborada seguindo a correta técnica legislativa. Deverá ser apresentado uma síntese das atividades em formato de relatório.

A Contratada precisa considerar que, após a aprovação do Produto 2, a ANA deverá, num prazo estimado de 90 dias, realizar todos os trâmites internos e externos (inclusive abertura de Consulta Pública) para publicação da norma, o que significará uma pausa no fluxo do processo.

A retomada do processo se dará com o apoio à análise de comentários feitos durante a Consulta Pública à minuta da Norma.

i) Análise de comentários à minuta da norma

Coletados os comentários à minuta da Norma, a ANA com o apoio da Contratada passará a analisá-los e aqueles considerados procedentes serão incorporados à versão final da Norma. A versão final da Norma será encaminhada, então, à Procuradoria Federal junto à ANA que fará análise e proporá, eventualmente, ajustes. A versão final, com os devidos ajustes, será encaminhada para aprovação da Diretoria da ANA.

j) Estratégia de implementação

Como a Norma de Referência editada é resultante de um processo de análise e escolha de alternativa, todos os meios facilitadores e os entraves à implantação da solução, identificados nas fases anteriores, devem ser reconsiderados, de maneira que o caminho proposto pela Norma tenha o sucesso almejado.

Assim, nesta etapa, devem ser propostos quais os mecanismos e recursos a serem empregados para a implantação da ação regulatória e como se dará o acompanhamento das consequências para os atores abrangidos pela aplicação da solução sugerida.

k) Estratégia de fiscalização e monitoramento

A fiscalização refere-se à adoção ou não da Norma de Referência e o monitoramento, à efetividade da aplicação da Norma para solucionar o problema original.

Para isso, devem ser elencados os principais aspectos da Norma de Referência elaborada a serem fiscalizados, as ferramentas e meios de fiscalizar, as medidas a serem tomadas preventiva e corretivamente etc.

Nessa etapa devem ser aventadas medidas a serem empregadas caso haja falha(s) na aplicação da Norma (gestão do risco) ou mesmo de conteúdo da Norma.

A Contratada deverá propor a criação de uma ficha de acompanhamento da adoção da Norma que contenha um resumo das etapas que a geraram, quais agências reguladoras adotaram-na, os problemas encontrados na sua aplicação, etc. Deve também propor os indicadores de eficácia da Norma sobre o problema original.

Finalizadas as Etapas “i” a “k” a Contratada deverá apresentar o produto P03 - EMISSÃO DE NORMA DE REFERÊNCIA E ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO em que serão descritos e apresentados todos os trabalhos e documentos desenvolvidos com a ANA nesse período.

7 – LISTA PRELIMINAR DO CONTEÚDO DAS NORMAS DE REFERÊNCIAS OBJETO DA CONSULTORIA

A lista preliminar sobre o conteúdo das normas de referência e prazos de edição da norma está no Quadro 2 abaixo:

Tema da Norma de Referência	Prazo de edição da norma (semestre/ano)
Modelo organizacional das agências reguladoras infranacionais, transparência e accountability.	02/2021
Procedimentos para comprovação da adoção das normas de referência.	02/2021
Diretrizes para metas progressivas de cobertura para água e esgoto e sistema de avaliação.	02/2021
Matriz de riscos de contratos para água e esgoto.	02/2021
Diretrizes para infrações e penalidades do prestador dos serviços de água e esgotos.	02/2021
Parâmetros para a determinação da caducidade.	01/2022

8 – ESTRATÉGIA DE AÇÃO

- a) Durante a vigência do contrato, a consultoria deve se programar para participar de reuniões mensais de acompanhamento dos trabalhos com a ANA. Essas reuniões poderão ser presenciais ou por videoconferência.
- b) Caso a consultoria não tenha sede em Brasília-DF, haverá necessidade de deslocamento de consultores para a realização de reuniões e apresentação dos produtos nesta Capital Federal ou em alguma capital de Estado para as reuniões com stakeholders. Os gastos logísticos referentes a esses deslocamentos correrão por conta do Projeto de Cooperação Técnica - PCT. Enquanto perdurar a crise sanitária da pandemia do COVID-19, as reuniões serão por videoconferência;
- c) Os contatos entre a consultoria e os responsáveis designados pela ANA para a supervisão ocorrerão por e-mail, telefone e/ou videoconferência.

9 - PRAZO E CRONOGRAMAS

O prazo total estimado para a execução das atividades previstas neste Termo de Referência é de 12 (doze) meses.

Os Quadros 3 e 4 apresentam os produtos esperados, seus respectivos prazos de elaboração, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, e os percentuais a serem pagos, para cada tipo de Norma. O Cronograma Geral é apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Cronograma de Entrega de Produtos e Desembolso (Normas de alta complexidade)

RELATÓRIO	TÍTULO	CONTEÚDO	DURAÇÃO	% DE DESEMBOLSO
P01	PLANEJAMENTO, DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA E OBJETIVOS VISADOS	APOIO À DEFINIÇÃO DO PROBLEMA REGULATÓRIO, À IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES AFETADOS PELO PROBLEMA, À IDENTIFICAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DE LEGISLAÇÃO EXISTENTE E À DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS DESEJADOS. RELATÓRIO.	60 dias	20%
RP	RELATÓRIO PARCIAL DAS ATIVIDADES DO P02	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS ATÉ O MOMENTO PARA O P02.	90 dias	20%
P02	MAPEAMENTO DE SOLUÇÕES, IDENTIFICAÇÃO DA MELHOR ALTERNATIVA E PRODUÇÃO DE MINUTA DE NORMA	APOIO AO MAPEAMENTO DAS ALTERNATIVAS DE AÇÃO, À ANÁLISE DO IMPACTO DAS ALTERNATIVAS, À IDENTIFICAÇÃO DA MELHOR ALTERNATIVA E PRODUÇÃO DE MINUTA DE NORMA PARA CONSULTA PÚBLICA. RELATÓRIO.	90 dias	40%
	PRAZO TRÂMITE INTERNO E CONSULTA PÚBLICA		(90 dias)	
P03	EMIÇÃO DE NORMA DE REFERÊNCIA E ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DA ADOÇÃO DA NORMA	APOIO À ANÁLISE DE COMENTÁRIOS À MINUTA DE NORMA, À EMISSÃO DE VERSÃO FINAL DA NORMA e À ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO. RELATÓRIO.	30 dias	20%

Quadro 4 – Cronograma de Entrega de Produtos e Desembolso (Normas de média complexidade)

RELATÓRIO	TÍTULO	CONTEÚDO	DURAÇÃO	% DE DESEMBOLSO
P01	PLANEJAMENTO, DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA E OBJETIVOS VISADOS	APOIO À DEFINIÇÃO DO PROBLEMA REGULATÓRIO, À IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES AFETADOS PELO PROBLEMA, À IDENTIFICAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DE LEGISLAÇÃO EXISTENTE E À DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS DESEJADOS. RELATÓRIO.	30 dias	30%
P02	MAPEAMENTO DE SOLUÇÕES E IDENTIFICAÇÃO DA MELHOR ALTERNATIVA	APOIO AO MAPEAMENTO DAS ALTERNATIVAS DE AÇÃO, À ANÁLISE DO IMPACTO DAS ALTERNATIVAS, À IDENTIFICAÇÃO DA MELHOR ALTERNATIVA E PRODUÇÃO DE MINUTA DE NORMA PARA CONSULTA PÚBLICA. RELATÓRIO.	30 dias	50%
	PRAZO TRÂMITE INTERNO E CONSULTA PÚBLICA		(90 dias)	
P03	EMIÇÃO DE NORMA DE REFERÊNCIA E ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DA ADOÇÃO DA NORMA	APOIO À ANÁLISE DE COMENTÁRIOS À MINUTA DE NORMA, À EMISSÃO DE VERSÃO FINAL DA NORMA e À ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO. RELATÓRIO.	30 dias	20%

Os relatórios deverão ser apresentados considerando os seguintes quantitativos:

Produtos, Relatório Parcial e Relatório Técnico Final: 1 via em mídia digital.

10 - INSUMOS

As diárias e passagens aéreas nacionais que porventura sejam necessárias ao longo da execução do contrato para realização de reuniões e apresentação/discussão dos produtos serão custeadas pelo Projeto de Cooperação Técnica - PCT.

11 - LOCALIZAÇÃO DA CONSULTORIA

Os serviços serão majoritariamente executados nos escritórios da CONTRATADA. Todavia, as coletas de dados poderão exigir deslocamentos e estadias nas sedes municipais de interesse aos trabalhos, assim como as reuniões técnicas previstas.

12 - LOCAL DE ENTREGA

Todos os produtos deverão ser entregues no BID e no Protocolo da ANA, em dias úteis, das 8 horas às 12 horas e das 14 horas às 17 horas no seguinte endereço: Agência Nacional de Águas (ANA) – Protocolo, Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, Bloco L. Brasília-DF. CEP: 70610-200.

13 - RESPONSABILIDADE PELA SUPERVISÃO DA CONSULTORIA

A supervisão do serviço será realizada pelo BID e por integrante do GT-Saneamento ANA, criado pela Portaria 30/2019 da Agência Nacional de Águas (ANA) e pelo IICA, que designará os supervisores do contrato.

14 – CUSTO TOTAL

O custo total estimado para execução dos serviços descritos será definido quando da submissão do TDR para a seleção da consultoria.

Diárias e passagens aéreas nacionais para a participação de reuniões na ANA serão custeadas pelo Projeto. Estão previstas inicialmente reuniões presenciais ou por videoconferência, sendo a primeira (reunião de partida) presencial, na data de assinatura do contrato. Enquanto perdurar a crise sanitária da pandemia do COVID-19, as reuniões serão por video-conferência.

15 – FORMA DE PAGAMENTO E APROVAÇÃO DOS PRODUTOS

O pagamento será efetuado mediante a entrega de produtos ou relatórios parciais, nos percentuais definidos nos Quadros 3 e 4. Para que sejam considerados aceitos, todos os produtos serão submetidos à análise e validação pelos responsáveis da área técnica da ANA.

Após o encaminhamento de cada produto, a ANA enviará sugestões de aperfeiçoamento, se necessário, ou aprovará e enviará sua análise para o IICA, que fará sua avaliação e providenciará o pagamento.

Os direitos autorais sobre os materiais produzidos no âmbito deste contrato deverão ser revertidos à Instituição Nacional Executora (ANA) e ao CONTRATANTE, e sua reprodução parcial ou total pelo CONTRATADO(A) ou terceiros, dependerá de autorização prévia das mencionadas instituições.

Os produtos apresentados deverão ter formatação, padronização e qualidade de texto compatíveis com o padrão de relatórios e documentos produzidos pela ANA, bem como o Manual para apresentação de relatórios técnicos, produtos e consultoria do IICA Brasil.

16 – FONTE DE FINANCIAMENTO

Origem dos recursos: CT BID

17 - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS TRABALHOS

Será indicada pela ANA uma equipe que fará a fiscalização, o acompanhamento e a supervisão dos trabalhos desenvolvidos.

Ao longo da elaboração do trabalho serão feitas reuniões mensais da Contratada com a equipe técnica da ANA (1 a 2 dias de duração), objetivando discutir o andamento dos trabalhos, dirimir dúvidas, firmar critérios e procedimentos, facilitar o acesso a dados, resolver pendências, propor encaminhamentos e tudo o mais que concorra para a transparência e fluidez da elaboração do trabalho. Material necessário às discussões deverão ser providenciados pela Contratada.

18 - CONFLITOS DE INTERESSE

O CONTRATADO e os profissionais de coordenação e da Equipe Executiva, durante a vigência e em até 6 meses após o término do contrato com a ANA não poderão prestar serviços para agências reguladoras ou prestadores de serviços de saneamento nos assuntos abordados pelas Normas de Referência objeto deste TDR.

COMPONENTE 2.1

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – IDENTIFICAÇÃO DA CONSULTORIA

Contratação de consultoria para realizar capacitações na área de regulação de saneamento básico orientadas aos diferentes integrantes do ambiente regulatório do saneamento básico de Brasil, como agências reguladoras, titulares de serviços, prestadores de serviços de saneamento, entre outros, considerando o âmbito de atuação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

2 - JUSTIFICATIVA

a) Contexto da consultoria

No último trimestre de 2020, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) sinalizou com a possibilidade de aportar recursos para apoiar desenvolvimento de ações estabelecidas pelo Novo Marco Regulatório em Saneamento Básico (Lei no. 14.026/2020) para a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), em uma ação bilateral entre a Agência e o BID.

Com esta sinalização positiva, foram realizadas uma série de reuniões virtuais entre as equipes técnicas das duas partes e acordou-se o escopo para o desenvolvimento de uma Cooperação Técnica Internacional (CT) envolvendo as duas instituições.

O objetivo principal da cooperação proposta é fortalecer a regulação dos serviços de saneamento básico do Brasil por meio do desenvolvimento e implementação da regulação nacional a cargo da ANA, tendo sido selecionadas as seguintes atividades, conforme abaixo:

- a. Planejamento e elaboração de normas de referência em saneamento básico (componente 1);
- b. Fortalecimento da capacidade institucional da ANA e das agências reguladoras infranacionais (componente 2);
- c. Apoio técnico para a implementação do CT (componente 3).

No âmbito desta contratação, trata-se da execução do componente 2 - Fortalecimento da capacidade institucional da ANA e das agências reguladoras infranacionais, mais especificamente enquadrado nas atividades 2.1, a saber:

Atividade 2.1: Organização e participação em eventos de capacitação orientados aos diferentes integrantes do ambiente regulatório do saneamento básico de Brasil, como agências reguladoras, titulares de serviços, prestadores de serviços de saneamento, entre outros.

É importante destacar que a execução de tais atividades é condizente com o papel da ANA à luz do Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico, sendo explícita a incumbência desta Agência para promover a capacitação de recursos humanos para a regulação adequada e eficiente do setor de saneamento básico.

Dentro do contexto de planejamento das ações de capacitação, a ANA já contratou um consultor em parceria com o Banco Mundial para a proposição de um Plano de Capacitação em Regulação no Saneamento, que incluía uma trilha formativa e as soluções educacionais correspondentes, contratação essa que já se encontra em sua etapa final.

b) Motivos e relevância

A presente contratação tem como objetivo principal dotar as entidades pertencentes ao setor de regulação do saneamento básico do Brasil de elementos e conceitos para que compreendam o novo desenho da regulação do setor e ao mesmo tempo prestem um serviço com excelência técnica.

A Lei nº 14.026, de 15 de julho 2020, atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), competências na regulação de serviços de saneamento. O novo quadro legal reconhece a importância da capacitação dos recursos humanos para a qualidade da regulação de serviços de saneamento, remetendo para a ANA a responsabilidade de impulsionar e coordenar a capacitação a nível nacional e mitigar os gargalos existentes neste escopo.

Nesse sentido, o desenvolvimento desta atividade está intrinsecamente voltado a atender uma das atribuições da ANA definidas pela Lei no 14.026/2020, que modificou a Lei no 9.984/2000 que incluiu o art. art. 4º -A, conforme a dicção a seguir:

“§ 11. Caberá à ANA promover a capacitação de recursos humanos para a regulação adequada e eficiente do setor de saneamento básico”.

c) Necessidade da consultoria

Contratação de um especialista em Capacitação na área de regulação em saneamento básico, capacitação de adultos, produção de material didático, tutoria a distância e avaliação de aprendizagem.

Desde 2001, a ANA tem atuado em ações de capacitação voltadas aos profissionais que atuam com gestão de recursos hídricos no Brasil e na América Latina, Caribe e CPLP, com ampla e crescente oferta de cursos, produção de conteúdos e objetos educacionais. Ao longo dos anos, as ações de capacitação foram gradativamente se modificando, acompanhando a evolução tecnológica e educacional. Com perfil estritamente presencial nos primeiros anos, a área produziu material didático e pedagógico que hoje encontram-se em arquivos digitais ou impressos.

A partir de 2011, com a incorporação da estratégia de educação a distância e de ferramentas de divulgação, obteve-se uma grande e diversa produção de objetos educacionais em português, espanhol e inglês, de forma a atender seus públicos prioritários. A maioria desse material está disponível no ConheceRH, repositório de materiais didáticos <http://capacitacao.ana.gov.br/conhecerrh/>.

Estima-se que a ANA desenvolveu, diretamente e em parceria com diversas instituições, mais de 110 cursos em diferentes temas. Além disso, foram produzidos vídeos, tutoriais, animações, publicações e diversos objetos educacionais.

Sendo assim, observa-se que a área responsável da ANA por estimular a pesquisa e a capacitação de recursos humanos para a gestão de recursos hídricos acumula larga experiência em ações de fomento e de formação e capacitação, oferecidas diretamente ou e em articulação com outras instituições.

Ocorre, porém, que todas essas ações são direcionadas ao público e às demandas do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH com todas as suas especificidades. No entanto, as ações de capacitação na área de regulação em saneamento básico ainda estão se estruturando dentro da Agência, de tal forma que o consultor também iniciará um processo que ainda está em construção e poderá contribuir para o amadurecimento do setor.

3 – OBJETIVO GERAL

O objetivo principal desta contratação é realizar capacitações na área de regulação em saneamento básico orientada aos diferentes integrantes do ambiente regulatório do saneamento básico de Brasil, como agências reguladoras, titulares de serviços, prestadores de serviços de saneamento, entre outros, considerando o âmbito de atuação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

4 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos da Consultoria são:

- Elaborar o Plano de curso, materiais didáticos e cronograma das turmas de capacitação, com carga horária de 52 horas.
- Elaborar o Relatório com descrição e análise da formação da primeira turma de capacitação.
- Elaborar o Relatório com descrição e análise de realização de outras 09 (nove) turmas de capacitação.

5 - ÁREA ABRANGIDA PELOS SERVIÇOS

Os produtos desse trabalho serão aplicados em todo o território nacional.

6 - PRODUTOS

Produto 1 – Definição de cronograma e conteúdo das turmas de capacitação, Plano de curso, material didático para a primeira turma de capacitação, com carga horária de 52 horas.

Atividade 1.1: Realizar reunião com técnicos da ANA para definir diretrizes e orientações para o curso e cronograma do curso, propondo as localidades e datas para realização de, pelo menos, 10 (dez) turmas de capacitações. O conteúdo destes cursos será definido no Plano de capacitação já contratado pela ANA em parceria com o Banco Mundial. No cronograma, serão definidas as localidades onde serão formadas as turmas do curso. Além da turma de Brasília (Produto 2), serão definidas as localidades das 5 (cinco) turmas do Produto 3 e das 4 (quatro) turmas do Produto 4, totalizando 10 localidades diferentes. O cronograma de turmas irá procurar otimizar o roteiro de viagens e os custos dos deslocamentos.

Atividade 1.2: Desenvolver o Plano de curso do primeiro evento de capacitação, com conteúdo a ser definido em função do Plano de Capacitação da ANA, e carga horária de 52 horas (20 horas à distância e 32 horas presenciais), contendo:

- Objetivo do curso
- Conteúdos programáticos e unidades temáticas (módulos);
- Procedimentos metodológicos e recursos didáticos utilizados;
- Formas e formulários de avaliação; e
- Bibliografia utilizada.

Atividade 1.3: Desenvolver, a partir de material fornecido pela ANA, o material didático do curso, contendo:

- Apostila com conteúdo organizado em unidades de aprendizagem e com recursos didáticos de resumo, revisão e avaliação de aprendizagem;
- Material organizado em unidades de aprendizagem com linguagem adequada para educação a distância, podendo conter glossário, materiais complementares, vídeos e/ou outros materiais que contribuam para o momento a distância do curso;
- Avaliação de aprendizagem no modelo “verdadeiro ou falso” para o momento a distância do curso;
- Apresentações utilizadas nos momentos presenciais; e
- Roteiros de atividades desenvolvidas para aplicação de conhecimentos, prática de metodologias e para avaliação.

Produto 2 – Relatório com descrição e análise da formação da primeira turma de capacitação.

Atividade 2.1: Formar a primeira turma de capacitação, em Brasília-DF, com o desenvolvimento das seguintes atividades: tutoria durante o período de aula a distância; instrução das aulas presenciais; aplicação da avaliação do curso junto aos alunos.

Atividade 2.2: Realizar reunião com técnicos da ANA para análise das avaliações e dos resultados da formação da primeira turma e, caso necessário, definição de ajustes para as demais formações que serão realizadas ao longo da consultoria.

Atividade 2.3: Entregar relatório da formação da primeira turma, com análise das avaliações e dos resultados e incorporação de eventuais ajustes no plano de curso e no material didático.

Produto 3 – Relatório com descrição e análise de realização de 05 (cinco) turmas do curso de capacitação.

Atividade 3.1: Realizar a formação de 05 (cinco) turmas de capacitação, com conteúdo a ser definido de acordo com o Plano de Capacitação da ANA, com o desenvolvimento das seguintes atividades: tutoria durante o período de aula a distância; instrução das aulas presenciais; aplicação da avaliação do curso junto aos alunos. As turmas serão realizadas nos cinco locais previstos no cronograma após a realização da turma de Brasília-DF.

Atividade 3.2: Entregar relatórios com análises das avaliações e dos resultados da formação das 05 (cinco) turmas.

Produto 4 – Relatório com descrição e análise de realização de outras 04 (quatro) turmas de capacitação.

Atividade 4.1: Realizar a formação de 04 (quatro) turmas de capacitação, com conteúdo a ser definido de acordo com o Plano de Capacitação da ANA, com o desenvolvimento das seguintes atividades: tutoria durante o período de aula a distância; instrução das aulas presenciais; aplicação da avaliação do curso junto aos alunos. As turmas serão realizadas nos cinco últimos locais previstos no cronograma.

Atividade 4.2: Entregar relatórios com análises das avaliações e dos resultados da formação das 05 (cinco) últimas turmas do curso.

7 – ESTRATÉGIA DE AÇÃO

- a) Durante a vigência do contrato, o consultor deve se programar para participar de reuniões mensais de acompanhamento dos trabalhos com a ANA. Essas reuniões poderão ser presenciais ou por videoconferência.
- b) Caso o consultor contratado não resida em Brasília-DF, haverá necessidade de deslocamento para a realização de reuniões e apresentação dos produtos nesta Capital Federal ou em alguma capital de Estado para as reuniões com stakeholders. Os gastos logísticos referentes a esses deslocamentos correrão por conta do Projeto de Cooperação Técnica - PCT.
- c) Os contatos entre o Consultor e os responsáveis designados pela ANA para a supervisão da consultoria ocorrerão por e-mail, telefone e/ou videoconferência.

8 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E DURAÇÃO DA CONSULTORIA

Tabela 1 - Cronograma de entrega dos produtos e respectivo percentual de remuneração

Parcela/Descritivo	Data entrega para	% do valor total
Produto 1 – Definição de cronograma e conteúdo das turmas de capacitação, Plano de curso, material didático para a	60 dias contados a partir da data de assinatura do contrato	10

primeira turma de capacitação, com carga horária de 52 horas.		
Produto 2 – Relatório com descrição e análise da formação da primeira turma de capacitação.	90 dias contados a partir da data de assinatura do contrato	20
Produto 3 – Relatório com descrição e análise de realização de 05 (cinco) turmas do curso de capacitação.	180 dias contados a partir da data de assinatura do contrato	35
Produto 4 – Relatório com descrição e análise de realização de outras 04 (quatro) turmas de capacitação.	300 dias contados a partir da data de assinatura do contrato	35
		100

9 – INSUMOS

A logística necessária para a realização das 10 (dez) turmas do curso (locais e equipamentos de sala de aula, alimentação para os intervalos das aulas) ficará sob responsabilidade das agências infranacionais de regulação em saneamento e da ANA. A articulação necessária para a viabilização dos cursos será de responsabilidade da ANA.

Todo o material didático produzido e os materiais de referência serão entregues pelo consultor em meio digital compatível para que a ANA disponibilize no seu ambiente virtual de aprendizagem. A transposição do material didático entregue em arquivos editáveis pela consultoria para a plataforma do ambiente virtual de aprendizagem é de responsabilidade da ANA.

Os deslocamentos físicos para reuniões com a ANA e para realização dos cursos em todo o território nacional serão custeados pelo projeto.

10 – LOCALIZAÇÃO DA CONSULTORIA

O(a) consultor(a) poderá residir em qualquer localidade no Brasil, desde que seja assegurada a sua participação nas reuniões previstas no contrato, a serem realizadas em Brasília/DF. Em caso de necessidade de deslocamento do(a) consultor(a) para as reuniões, as diárias e passagens serão de responsabilidade do projeto.

O(a) consultor(a) deverá ter acesso à internet para realização de vídeo conferências com a equipe da ANA quando necessário.

O(a) consultor(a) deverá ter disponibilidade para viajar no período de vigência do contrato para os locais de realização dos cursos. As despesas de diárias e passagens para realização dos cursos serão de responsabilidade do projeto.

O(a) consultor(a) também deverá ter disponibilidade para fazer a tutoria do curso nos momentos a distância, com acesso adequado à internet para correção de atividades e coordenação de fóruns de discussão.

11 - LOCAL DE ENTREGA

Todos os produtos deverão ser entregues no BID com cópia no Protocolo da ANA, em dias úteis, das 8 horas às 12 horas e das 14 horas às 17 horas no seguinte endereço: Agência Nacional de Águas (ANA) – Protocolo, Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, Bloco L. Brasília-DF. CEP: 70610-200.

12 - RESPONSABILIDADE PELA SUPERVISÃO DA CONSULTORIA

A supervisão do serviço será realizada por integrante do GT-Saneamento ANA, criado pela Portaria 30/2019 da Agência Nacional de Águas (ANA) e pelo BID, que designará os supervisores do contrato.

13 – CUSTO TOTAL

O custo total estimado para execução dos serviços descritos será definido quando da submissão do TDR para a seleção da consultoria.

Diárias e passagens aéreas nacionais para a participação de reuniões na ANA serão custeadas pelo Projeto. Estão previstas inicialmente reuniões presenciais ou por videoconferência, sendo a primeira (reunião de partida) presencial, na data de assinatura do contrato. Enquanto perdurar a crise sanitária da pandemia da COVID-19, as reuniões serão por videoconferência.

14 – FORMA DE PAGAMENTO E APROVAÇÃO DOS PRODUTOS

O valor total do serviço será pago conforme o cronograma de entrega de produtos e respectivo percentual de remuneração (Tabela 1). Para que sejam considerados aceitos, todos os produtos serão submetidos à análise e validação pelos responsáveis da área técnica da ANA.

Após o encaminhamento de cada produto, a ANA enviará sugestões de aperfeiçoamento, se necessário, ou aprovará e enviará sua análise para o BID, que fará sua avaliação e providenciará o pagamento.

Os direitos autorais sobre os materiais produzidos no âmbito deste contrato deverão ser revertidos à Instituição Nacional Executora (ANA) e ao CONTRATANTE, e sua reprodução parcial ou total pelo CONTRATADO(A) ou terceiros, dependerá de autorização prévia das mencionadas instituições.

Os produtos apresentados deverão ter formatação, padronização e qualidade de texto compatíveis com o padrão de relatórios e documentos produzidos pela ANA, bem como o Manual para apresentação de relatórios técnicos, produtos e consultoria do BID.

15 – FONTE DE FINANCIAMENTO

Origem dos recursos: CT BID.

16 - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS TRABALHOS

Será indicada pela ANA uma equipe que fará a fiscalização, o acompanhamento e a supervisão dos trabalhos desenvolvidos.

Ao longo da elaboração do trabalho serão feitas reuniões mensais da Contratada com a equipe técnica da ANA (1 a 2 dias de duração), objetivando discutir o andamento dos trabalhos, dirimir dúvidas, firmar critérios e procedimentos, facilitar o acesso a dados, resolver pendências, propor encaminhamentos e tudo o mais que concorra para a transparência e fluidez da elaboração do trabalho. Material necessário às discussões deverão ser providenciados pela Contratada.

17 - CONFLITOS DE INTERESSE

O CONTRATADO e os profissionais de coordenação e da Equipe Executiva, durante a vigência e em até 6 meses após o término do contrato com a ANA não poderão prestar serviços para agências reguladoras ou prestadores de serviços de saneamento nos assuntos abordados pelas Normas de Referência objeto deste TDR.

COMPONENTE 2.2

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – IDENTIFICAÇÃO DA CONSULTORIA

Contratação de consultoria técnica especializada, pessoa física, na modalidade produto, para produção e disseminação do conhecimento gerado no âmbito da produção das normas de referência em saneamento básico realizado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, em forma de 06 (seis) guias, uma para cada norma de referência.

2 – JUSTIFICATIVA

Em 15 de julho de 2020, foi promulgada a Lei 14.026, que atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, atribuindo a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para instituir normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, dentre outras alterações legais.

Está prevista a elaboração de normas de referência referentes a metas de universalização e padrões de qualidade e eficiência; padronização de instrumentos contratuais; regras de governança para as agências reguladoras locais, regionais e estaduais; metodologia de cálculo para tarifas; para citar apenas algumas.

O saneamento básico abrange o conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Tendo em vista estas novas atribuições da ANA, no último trimestre de 2020, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) sinalizou com a possibilidade de aportar recursos para apoiar desenvolvimento de ações estabelecidas pelo Novo Marco Regulatório em Saneamento Básico (Lei no. 14.026/2020) para a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), em uma ação bilateral entre a Agência e o BID.

Com esta sinalização positiva, foram realizadas uma série de reuniões virtuais entre as equipes técnicas das duas partes e acordou-se o escopo para o desenvolvimento de uma Cooperação Técnica Internacional (CT) envolvendo as duas instituições.

O objetivo principal da cooperação proposta é fortalecer a regulação dos serviços de saneamento básico do Brasil por meio do desenvolvimento e implementação da

regulação nacional a cargo da ANA, tendo sido selecionadas as seguintes atividades, conforme abaixo:

- a. Planejamento e elaboração de normas de referência em saneamento básico (componente 1);
- b. Fortalecimento da capacidade institucional da ANA e das agências reguladoras infranacionais (componente 2);
- c. Apoio técnico para a implementação do CT (componente 3).

No âmbito desta contratação, trata-se da execução do componente 2 - Fortalecimento da capacidade institucional da ANA e das agências reguladoras infranacionais, mais especificamente enquadrado na atividade 2.2, a saber:

Atividade 2.2: Preparação de estudos, guias, manuais e em gerar produtos de conhecimento para divulgar experiências e as melhores práticas regulatórias e melhorar a eficiência da regulação.

3 – OBJETIVO GERAL

O objetivo principal desta contratação é a produção e disseminação do conhecimento gerado no âmbito da produção das normas de referência em saneamento básico realizado pela Agência nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, em forma de 06 (seis) guias, um para cada norma de referência.

4 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos da Consultoria são:

- Obter informações, junto à equipe técnica da ANA, sobre a estrutura e o conteúdo 06 guias sobre as normas de referência em saneamento básico da ANA, exercício 2021;
- Elaborar os projetos gráficos dos 06 (seis) guias sobre as normas de referência em saneamento básico da ANA, exercício 2021;
- Realizar a Disposição de conteúdo com arranjo de imagens e de elementos visuais para os 06 (seis) guias das suas respectivas normas de referência exercício 2021.

5 - ÁREA ABRANGIDA PELOS SERVIÇOS

Os produtos desse trabalho serão aplicados em todo o território nacional.

6 - PRODUTOS

Cada guia deverá conter os seguintes Produtos:

6.1 – PRODUTO 1 - Projeto Gráfico para o guia da respectiva norma de referência com previsão de edição em 2021 (versão prévia).

O produto 1 de cada guia refere-se à proposição do projeto gráfico para o guia da respectiva norma de referência com previsão de edição no ano de 2021, conforme a Resolução ANA n. 64 /2021.

O projeto gráfico deve conter a definição das características visuais a serem apresentadas nas versões impressa e digital da publicação. Deve ser elaborado design específico para a capa de cada guia, considerando especificações técnicas de tamanho, formato e impressão (cores, papel).

O projeto gráfico deverá propor formato (medidas), identidade visual, tipografia e diretrizes para a criação de ilustrações (infográficos, tabelas, gráficos, mapas, diagramas, ícones, entre outros). O projeto deve planejar como o conteúdo das publicações será apresentado, de forma a propiciar ao máximo a compreensão do leitor. Isso depende de profundo estudo do conteúdo das publicações e adoção de melhor estratégia de conhecimento para disposição desse conteúdo com arranjo de imagens e elementos visuais para que o conteúdo seja acessível aos diferentes públicos interessados.

O produto 1, constituído pelo projeto gráfico deverá ter uma versão prévia a ser apresentada à equipe técnica da ANA para avaliação e aprovação.

6.2 – PRODUTO 2 – Projeto Gráfico para o guia da respectiva norma de referência com previsão de edição em 2021 (versão final).

O produto 2 de cada guia deve ser o projeto gráfico final aprovado. Deverá trazer as definições técnicas dos elementos visuais da publicação em detalhe.

Deve atender aos ajustes, alterações e complementações solicitadas a partir da avaliação feita pela equipe técnica da ANA com base na versão prévia apresentada (produto 1).

O produto 2 deve ser entregue em arquivo aberto, compatível com softwares disponíveis na ANA.

6.3 - PRODUTO 3 – Disposição de conteúdo com arranjo de imagens e de elementos visuais para o guia com previsão de edição em 2021 (versão prévia).

O produto 3 deve resultar na versão prévia da publicação do guia, com a proposição de novos formatos de apresentação e disposição do conteúdo, incluindo o arranjo de imagens e de elementos visuais.

O guia deverá seguir o projeto gráfico definido para o ciclo de relatórios vigente, como capa, fontes, tipologias, sendo adaptado quando necessário, inclusive com a proposição de novas ilustrações e infográficos conforme o conteúdo proposto pela equipe técnica da ANA.

Deve-se aplicar os mesmos tipos de elementos visuais previamente definidos e aprovados para esta publicação.

O Produto 3 refere-se a proposta do guia, com respeito à disposição do conteúdo com o arranjo de imagens e de outros elementos visuais, consistindo assim de uma versão prévia, e será submetido a avaliação e aprovação pela equipe técnica da ANA.

6.4 - PRODUTO 4 – Disposição de conteúdo com arranjo de imagens e de elementos visuais para o guia com previsão de edição em 2021 (versão final).

O produto 4 deve ser a versão final da publicação do guia, com a proposição de novos formatos de apresentação e disposição do conteúdo, incluindo o arranjo de imagens e de elementos visuais.

Deverá atender aos ajustes, alterações e complementações solicitadas a partir da avaliação feita pela equipe técnica da ANA com base na versão prévia apresentada (produto 3).

Inclui as versões impressas (de acordo com as especificações de impressão definidas para o ciclo de relatórios vigentes) e digital (PDF em alta resolução e em tamanho reduzido, mas com boa legibilidade). O objetivo é que os guias tenham conteúdo organizado e harmônico, de modo a facilitar a leitura e a assimilação da informação pelo leitor.

O produto 4 deve ser entregue em formato aberto e arquivo compatível com softwares disponíveis na ANA.

7 – ESTRATÉGIA DE AÇÃO

- a) Durante a vigência do contrato, o consultor deve se programar para participar de reuniões mensais de acompanhamento dos trabalhos com a ANA. Essas reuniões poderão ser presenciais ou por videoconferência.
- b) Caso o consultor contratado não resida em Brasília-DF, haverá necessidade de deslocamento para a realização de reuniões e apresentação dos produtos nesta Capital Federal ou em alguma capital de Estado para as reuniões com stakeholders. Os gastos logísticos referentes a esses deslocamentos correrão por conta do Projeto de Cooperação Técnica - PCT.
- c) Os contatos entre o Consultor e os responsáveis designados pela ANA para a supervisão da consultoria ocorrerão por e-mail, telefone e/ou videoconferência.

8 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E DURAÇÃO DA CONSULTORIA

A duração do serviço de consultoria contratado será de 12 meses, a contar da assinatura do ACT, e a entrega dos produtos ao longo desse período será realizada conforme o cronograma expresso na Tabela 1.

Tabela 1 – Cronograma de entrega dos produtos e respectivo percentual de remuneração, para cada guia

Produtos Esperados para cada guia	Prazo (meses)*	Percentual de Remuneração
PRODUTO 1 - Projeto Gráfico para o guia da respectiva norma de referência com previsão de edição em 2021 (versão prévia).	02	3 %

PRODUTO 2 – Projeto Gráfico para o guia da respectiva norma de referência com previsão de edição em 2021 (versão final).	03	5 %
PRODUTO 3 – Disposição de conteúdo com arranjo de imagens e de elementos visuais para o guia com previsão de edição em 2021 (versão prévia).	05	3 %
PRODUTO 4 – Disposição de conteúdo com arranjo de imagens e de elementos visuais para o guia com previsão de edição em 2021 (versão final).	06	5,67 %

*A partir da emissão da ordem de serviço

9 – INSUMOS

As diárias e passagens aéreas nacionais que porventura sejam necessárias ao longo da execução do contrato para realização de reuniões e apresentação/discussão dos produtos serão custeadas pelo Projeto de Cooperação Técnica - PCT.

10 – LOCALIZAÇÃO DA CONSULTORIA

O(a) consultor(a) contratado(a) poderá residir em qualquer localidade do território nacional, devendo participar de reuniões em Brasília-DF, na Agência Nacional de Águas-ANA, a critério da ANA.

O(a) consultor(a) deverá ainda estar disponível, com equipamentos e conexão à internet adequados, para a realização de videoconferências, solicitadas a critério da ANA.

11 - LOCAL DE ENTREGA

Todos os produtos deverão ser entregues no BID e no Protocolo da ANA, em dias úteis, das 8 horas às 12 horas e das 14 horas às 17 horas no seguinte endereço: Agência Nacional de Águas (ANA) – Protocolo, Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, Bloco L. Brasília-DF. CEP: 70610-200.

12 - RESPONSABILIDADE PELA SUPERVISÃO DA CONSULTORIA

A supervisão do serviço será realizada pelo BID e por integrante do GT-Saneamento ANA, criado pela Portaria 30/2019 da Agência Nacional de Águas (ANA) e pelo BID, que designará os supervisores do contrato.

13 – CUSTO TOTAL

O custo total estimado para execução dos serviços descritos será definido quando da submissão do TDR para a seleção da consultoria.

Diárias e passagens aéreas nacionais para a participação de reuniões na ANA serão custeadas pelo Projeto. Estão previstas inicialmente reuniões presenciais ou por videoconferência, sendo a primeira (reunião de partida) presencial, na data de assinatura do contrato. Enquanto perdurar a crise sanitária da pandemia da COVID-19, as reuniões serão por videoconferência.

14 – FORMA DE PAGAMENTO E APROVAÇÃO DOS PRODUTOS

O valor total do serviço será pago em conforme o cronograma de entrega de produtos e respectivo percentual de remuneração (Tabela 1).

Para que sejam considerados aceitos, todos os produtos serão submetidos à análise e validação pelos responsáveis da área técnica da ANA.

Após o encaminhamento de cada produto, a ANA enviará sugestões de aperfeiçoamento, se necessário, ou aprovará e enviará sua análise para o BID, que fará sua avaliação e providenciará o pagamento.

Os direitos autorais sobre os materiais produzidos no âmbito deste contrato deverão ser revertidos à Instituição Nacional Executora (ANA) e ao CONTRATANTE, e sua reprodução parcial ou total pelo CONTRATADO(A) ou terceiros, dependerá de autorização prévia das mencionadas instituições.

Os produtos apresentados deverão ter formatação, padronização e qualidade de texto compatíveis com o padrão de relatórios e documentos produzidos pela ANA, bem como o Manual para apresentação de relatórios técnicos, produtos e consultoria do BID.

15 – FONTE DE FINANCIAMENTO

Origem dos recursos: CT BID

16 - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS TRABALHOS

Será indicada pela ANA uma equipe que fará a fiscalização, o acompanhamento e a supervisão dos trabalhos desenvolvidos.

Ao longo da elaboração do trabalho serão feitas reuniões mensais da Contratada com a equipe técnica da ANA (1 a 2 dias de duração), objetivando discutir o andamento dos trabalhos, dirimir dúvidas, firmar critérios e procedimentos, facilitar o acesso a dados, resolver pendências, propor encaminhamentos e tudo o mais que concorra para a transparência e fluidez da elaboração do trabalho. Material necessário às discussões deverão ser providenciados pela Contratada.

17 - CONFLITOS DE INTERESSE

O CONTRATADO e os profissionais de coordenação e da Equipe Executiva, durante a vigência e em até 6 meses após o término do contrato com a ANA não poderão prestar

serviços para agências reguladoras ou prestadores de serviços de saneamento nos assuntos abordados pelas Normas de Referência objeto deste TDR.

COMPONENTE 2.3

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – IDENTIFICAÇÃO DA CONSULTORIA

Contratação de consultoria individual para definir um modelo de governança regulatória em drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, considerando o âmbito de atuação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

2 – JUSTIFICATIVA

Em 15 de julho de 2020, foi promulgada a Lei 14.026, que atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, atribuindo a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para instituir normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, dentre outras alterações legais.

Está prevista a elaboração de normas de referência referentes a metas de universalização e padrões de qualidade e eficiência; padronização de instrumentos contratuais; regras de governança para as agências reguladoras locais, regionais e estaduais; metodologia de cálculo para tarifas; para citar apenas algumas.

O saneamento básico abrange o conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Já a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas são constituídos pelas atividades, pela infraestrutura e pelas instalações operacionais de drenagem de águas pluviais, transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas, contempladas a limpeza e a fiscalização preventiva das redes.

É um princípio básico da Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que os serviços públicos de saneamento básico contemplem a disponibilidade, nas áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, tratamento, limpeza e fiscalização preventiva das redes, adequados à saúde pública, à proteção do meio ambiente e à segurança da vida e do patrimônio público e privado.

No entanto, enquanto as componentes de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos possuem um ambiente institucional melhor definido, com a atuação de diversas agências reguladoras e prestadoras de serviços, os serviços de drenagem urbana são tratados quase sempre como um serviço complementar das secretarias municipais de obras, sem a necessária articulação com as demais componentes do setor ou com a dinâmica urbana de uso e ocupação do solo. De fato, os serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas são os que apresentam maior carência de políticas, planejamento e organização institucional.

Aliadas a esta carência, a urbanização acelerada, a falta de disciplinamento do uso e ocupação do solo e a falta de investimentos em drenagem das águas pluviais resultaram no aumento das inundações nos centros urbanos de maneira acentuada. Também o uso do sistema de drenagem para esgotamento sanitário doméstico e industrial, a não existência de medidas preventivas nas áreas sujeitas à inundação e a predominância de uma concepção obsoleta nos projetos de drenagem têm contribuído para a ampliação dessa problemática.

Neste panorama, o presente trabalho busca desenvolver e aperfeiçoar a regulação da drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, ao propor um modelo de governança regulatória a ser utilizado pela ANA, em conformidade com suas atribuições legais.

3 – OBJETIVO GERAL

O objetivo principal desta contratação é definir uma estratégia para construção de uma governança regulatória em drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, considerando o âmbito de atuação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

4 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos da Consultoria são:

- Fazer um diagnóstico do setor de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas no país, identificando os principais problemas e soluções;
- Identificar e analisar as estruturas institucionais, técnicas e legais, de financiamento, de planejamento, e de gestão existentes, no âmbito nacional e internacional, dos serviços de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas;
- Definir e delimitar um modelo de governança regulatória em drenagem urbana e águas pluviais para atuação da ANA;
- Indicar e propor os estudos necessários para fomentar a governança regulatória dos serviços de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas;
- Indicar e propor os manuais e as normas de referência que a ANA deve elaborar para a regulação dos serviços de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

5 - ÁREA ABRANGIDA PELOS SERVIÇOS

Os produtos desse trabalho serão aplicados em todo o território nacional.

6 - PRODUTOS

6.1 – PRODUTO 1 – Relatório com o panorama dos serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas no país e no mundo

Este produto deve fornecer um panorama dos serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas no país e no mundo, identificando os principais problemas e soluções.

Deve identificar os municípios e regiões no país mais frequentemente atingidos por chuvas intensas que causem enxurradas e inundações, com impactos significativos sobre a população urbana e reunir informações sobre a prestação (ou ausência) destes serviços.

Deve identificar e analisar as políticas, as estruturas institucionais, técnicas e legais, de financiamento, de planejamento e de gestão existentes, no âmbito nacional e internacional, buscando responder as seguintes questões: Qual é a natureza do problema? Qual é a sua extensão? Quais são suas causas e consequências? O que existe de regulação dos serviços de drenagem no país? Quem são os atores envolvidos? Quem presta os serviços de drenagem urbana no Brasil? Quem planeja? Quem regula? Quem paga? Quem financia? Quais são as funções dos municípios, dos Estados e da União neste ambiente?

6.2 – PRODUTO 2 - Relatório com o modelo de governança da regulação dos serviços de drenagem no país

Considerando as metas de universalização previstas na Lei 14.026/2020, este produto deve avaliar as alternativas de ações e propor um modelo de governança da regulação em drenagem e manejo de águas pluviais para o país, apontando o que regular, quem deve prestar o serviço, como ele deve ser cobrado, como deve ser planejado e quem deve financiá-lo.

Deve tratar dos elementos de viabilidade econômica e financeira, como taxa de drenagem, das fontes de financiamento, dos condicionantes para a tomada de recursos, da sustentabilidade financeira dos serviços, dos incentivos e indutores.

Deve avaliar os impactos, custos e alternativas da implementação desse modelo e de seus mecanismos de regulação.

Deve mostrar como incentivar a criação desse modelo. Deve conter a abrangência e o detalhamento dos estudos técnicos necessários para implementar e apoiar a governança regulatória em drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

6.3 – PRODUTO 3 – Relatório com a estratégia de atuação da ANA e a proposição de manuais e/ou normas de referência para a regulação dos serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas

Este relatório deve propor uma estratégia de atuação da ANA para fomentar a institucionalização dos serviços e a governança regulatória em drenagem urbana no país. Como a ANA pode provocar o Governo e os atores envolvidos? Deve conter uma proposta para a ANA de implementação de ações e dos elementos necessários para impulsionar o setor de gestão e regulação de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas de forma sustentável.

Este relatório deve conter também a lista de manuais e/ou normas de referência para elaboração pela ANA, apontando título, ementa, escopo, abrangência, problema principal endereçado, partes afetadas, avaliação dos impactos regulatórios, aspectos relevantes a serem observados e recomendados como essenciais, documentos de referência sugeridos para consulta, análise crítica e complementação.

7 – ESTRATÉGIA DE AÇÃO

- d) Durante a vigência do contrato, o consultor deve se programar para participar de reuniões mensais de acompanhamento dos trabalhos com a ANA. Essas reuniões poderão ser presenciais ou por videoconferência.
- e) Caso o consultor contratado não resida em Brasília-DF, haverá necessidade de deslocamento para a realização de reuniões e apresentação dos produtos nesta Capital Federal ou em alguma capital de Estado para as reuniões com stakeholders. Os gastos logísticos referentes a esses deslocamentos correrão por conta do Projeto de Cooperação Técnica - PCT.
- f) Os contatos entre o Consultor e os responsáveis designados pela ANA para a supervisão da consultoria ocorrerão por e-mail, telefone e/ou videoconferência.

8 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E DURAÇÃO DA CONSULTORIA

A duração do serviço de consultoria contratado será de 150 (cento e cinquenta) dias, a contar da assinatura do Contrato, e a entrega dos produtos ao longo desse período será realizada conforme o cronograma expresso na Tabela 1.

Tabela 1 – Cronograma de entrega dos produtos e respectivo percentual de remuneração

Produtos Esperados	Prazo (dias)	Percentual de Remuneração
PRODUTO 1 – Relatório com o panorama dos serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas no país e no mundo	45	30 %
PRODUTO 2 - Relatório com o modelo de governança da regulação dos serviços de drenagem no país	120	35 %
PRODUTO 3 – Relatório com a estratégia de atuação da ANA e a proposição de manuais e/ou normas de referência para a regulação dos serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas	150	35 %

9 – INSUMOS

As diárias e passagens aéreas nacionais que porventura sejam necessárias ao longo da execução do contrato para realização de reuniões e apresentação/discussão dos produtos serão custeadas pelo Projeto de Cooperação Técnica - PCT.

10 – LOCALIZAÇÃO DA CONSULTORIA

O(a) consultor(a) contratado(a) poderá residir em qualquer localidade do território nacional, devendo participar de reuniões em Brasília-DF, na Agência Nacional de Águas-ANA, a critério da ANA.

O(a) consultor(a) deverá ainda estar disponível, com equipamentos e conexão à internet adequados, para a realização de videoconferências, solicitadas a critério da ANA.

11 - LOCAL DE ENTREGA

Todos os produtos deverão ser entregues no BID e no Protocolo da ANA, em dias úteis, das 8 horas às 12 horas e das 14 horas às 17 horas no seguinte endereço: Agência Nacional de Águas (ANA) – Protocolo, Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, Bloco L. Brasília-DF. CEP: 70610-200.

12 - RESPONSABILIDADE PELA SUPERVISÃO DA CONSULTORIA

A supervisão do serviço será realizada pelo BID e por integrante do GT-Saneamento ANA, criado pela Portaria 30/2019 da Agência Nacional de Águas (ANA) e pelo BID, que designará os supervisores do contrato.

13 – CUSTO TOTAL

O custo total estimado para execução dos serviços descritos será definido quando da submissão do TDR para a seleção da consultoria.

Diárias e passagens aéreas nacionais para a participação de reuniões na ANA serão custeadas pelo Projeto. Estão previstas inicialmente reuniões presenciais ou por videoconferência, sendo a primeira (reunião de partida) presencial, na data de assinatura do contrato. Enquanto perdurar a crise sanitária da pandemia da COVID-19, as reuniões serão por videoconferência.

14 – FORMA DE PAGAMENTO E APROVAÇÃO DOS PRODUTOS

O valor total do serviço será pago em três parcelas, conforme o cronograma de entrega de produtos e respectivo percentual de remuneração (Tabela 1).

Para que sejam considerados aceitos, todos os produtos serão submetidos à análise e validação pelos responsáveis da área técnica da ANA.

Após o encaminhamento de cada produto, a ANA enviará sugestões de aperfeiçoamento, se necessário, ou aprovará e enviará sua análise para o BID, que fará sua avaliação e providenciará o pagamento.

Os direitos autorais sobre os materiais produzidos no âmbito deste contrato deverão ser revertidos à Instituição Nacional Executora (ANA) e ao CONTRATANTE, e sua reprodução parcial ou total pelo CONTRATADO(A) ou terceiros, dependerá de autorização prévia das mencionadas instituições.

Os produtos apresentados deverão ter formatação, padronização e qualidade de texto compatíveis com o padrão de relatórios e documentos produzidos pela ANA, bem como o Manual para apresentação de relatórios técnicos, produtos e consultoria do BID.

15 – FONTE DE FINANCIAMENTO

Origem dos recursos: CT BID.

16 - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS TRABALHOS

Será indicada pela ANA uma equipe que fará a fiscalização, o acompanhamento e a supervisão dos trabalhos desenvolvidos.

Ao longo da elaboração do trabalho serão feitas reuniões mensais da Contratada com a equipe técnica da ANA (1 a 2 dias de duração), objetivando discutir o andamento dos trabalhos, dirimir dúvidas, firmar critérios e procedimentos, facilitar o acesso a dados, resolver pendências, propor encaminhamentos e tudo o mais que concorra para a transparência e fluidez da elaboração do trabalho. Material necessário às discussões deverão ser providenciados pela Contratada.

17 - CONFLITOS DE INTERESSE

O CONTRATADO e os profissionais de coordenação e da Equipe Executiva, durante a vigência e em até 6 meses após o término do contrato com a ANA não poderão prestar serviços para agências reguladoras ou prestadores de serviços de saneamento nos assuntos abordados pelas Normas de Referência objeto deste TDR.

ANEXO I: AMBITO DE ATUAÇÃO DA ANA

Segundo a Lei 14.026/2020, cabe à ANA elaborar normas de referência para o setor de saneamento, como metas de universalização e padrões de qualidade e eficiência; padronização de instrumentos contratuais; regras de governança para as agências reguladoras locais, regionais e estaduais; metodologia de cálculo para tarifas; para citar apenas algumas das novas atribuições. O âmbito de atuação da ANA foi definido principalmente pelo artigo 4º -A. e Art 23º reproduzidos abaixo:

"Art. 4º-A. A ANA instituirá normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico por seus titulares e suas entidades reguladoras e fiscalizadoras, observadas as diretrizes para a função de regulação estabelecidas na Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

§ 1º Caberá à ANA estabelecer normas de referência sobre:

I - padrões de qualidade e eficiência na prestação, na manutenção e na operação dos sistemas de saneamento básico;

II - regulação tarifária dos serviços públicos de saneamento básico, com vistas a promover a prestação adequada, o uso racional de recursos naturais, o equilíbrio econômico-financeiro e a universalização do acesso ao saneamento básico;

III - padronização dos instrumentos negociais de prestação de serviços públicos de saneamento básico firmados entre o titular do serviço público e o delegatário, os quais contemplarão metas de qualidade, eficiência e ampliação da cobertura dos serviços, bem como especificação da matriz de riscos e dos mecanismos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das atividades;

IV - metas de universalização dos serviços públicos de saneamento básico para concessões que considerem, entre outras condições, o nível de cobertura de serviço existente, a viabilidade econômico-financeira da expansão da prestação do serviço e o número de Municípios atendidos;

V - critérios para a contabilidade regulatória;

VI - redução progressiva e controle da perda de água;

VII - metodologia de cálculo de indenizações devidas em razão dos investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados;

VIII - governança das entidades reguladoras, conforme princípios estabelecidos no art. 21 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007;

IX - reúso dos efluentes sanitários tratados, em conformidade com as normas ambientais e de saúde pública;

X - parâmetros para determinação de caducidade na prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

XI - normas e metas de substituição do sistema unitário pelo sistema separador absoluto de tratamento de efluentes;

XII - sistema de avaliação do cumprimento de metas de ampliação e universalização da cobertura dos serviços públicos de saneamento básico;

XIII - conteúdo mínimo para a prestação universalizada e para a sustentabilidade econômico-financeira dos serviços públicos de saneamento básico.

§ 2º As normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico contemplarão os princípios estabelecidos no inciso I do caput do art. 2º da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e serão instituídas pela ANA de forma progressiva.

§ 3º As normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico deverão:

I - promover a prestação adequada dos serviços, com atendimento pleno aos usuários, observados os princípios da regularidade, da continuidade, da eficiência, da segurança, da atualidade, da generalidade, da cortesia, da modicidade tarifária, da utilização racional dos recursos hídricos e da universalização dos serviços;

II - estimular a livre concorrência, a competitividade, a eficiência e a sustentabilidade econômica na prestação dos serviços;

III - estimular a cooperação entre os entes federativos com vistas à prestação, à contratação e à regulação dos serviços de forma adequada e eficiente, a fim de buscar a universalização dos serviços e a modicidade tarifária;

IV - possibilitar a adoção de métodos, técnicas e processos adequados às peculiaridades locais e regionais;

V - incentivar a regionalização da prestação dos serviços, de modo a contribuir para a viabilidade técnica e econômico-financeira, a criação de ganhos de escala e de eficiência e a universalização dos serviços;

VI - estabelecer parâmetros e periodicidade mínimos para medição do cumprimento das metas de cobertura dos serviços e do atendimento aos indicadores de qualidade e aos padrões de potabilidade, observadas as peculiaridades contratuais e regionais;

VII - estabelecer critérios limitadores da sobreposição de custos administrativos ou gerenciais a serem pagos pelo usuário final, independentemente da configuração de subcontratações ou de subdelegações; e

VIII - assegurar a prestação concomitante dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

§ 4º No processo de instituição das normas de referência, a ANA:

I - avaliará as melhores práticas regulatórias do setor, ouvidas as entidades encarregadas da regulação e da fiscalização e as entidades representativas dos Municípios;

II - realizará consultas e audiências públicas, de forma a garantir a transparência e a publicidade dos atos, bem como a possibilitar a análise de impacto regulatório das normas propostas; e

III - poderá constituir grupos ou comissões de trabalho com a participação das entidades reguladoras e fiscalizadoras e das entidades representativas dos Municípios para auxiliar na elaboração das referidas normas.

§ 5º A ANA disponibilizará, em caráter voluntário e com sujeição à concordância entre as partes, ação mediadora ou arbitral nos conflitos que envolvam titulares, agências reguladoras ou prestadores de serviços públicos de saneamento básico.

§ 6º A ANA avaliará o impacto regulatório e o cumprimento das normas de referência de que trata o § 1º deste artigo pelos órgãos e pelas entidades responsáveis pela regulação e pela fiscalização dos serviços.

§ 7º No exercício das competências a que se refere este artigo, a ANA zelarà pela uniformidade regulatória do setor de saneamento básico e pela segurança jurídica na prestação e na regulação dos serviços, observado o disposto no inciso IV do § 3º deste artigo.

§ 8º Para fins do disposto no inciso II do § 1º deste artigo, as normas de referência de regulação tarifária estabelecerão os mecanismos de subsídios para as populações de baixa renda, a fim de possibilitar a universalização dos serviços, observado o disposto no art. 31 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e, quando couber, o compartilhamento dos ganhos de produtividade com os usuários dos serviços.

§ 9º Para fins do disposto no inciso III do § 1º deste artigo, as normas de referência regulatórias estabelecerão parâmetros e condições para investimentos que permitam garantir a manutenção dos níveis de serviços desejados durante a vigência dos contratos.

§ 10. Caberá à ANA elaborar estudos técnicos para o desenvolvimento das melhores práticas regulatórias para os serviços públicos de saneamento básico, bem como guias e manuais para subsidiar o desenvolvimento das referidas práticas.

§ 11. Caberá à ANA promover a capacitação de recursos humanos para a regulação adequada e eficiente do setor de saneamento básico.

§ 12. A ANA contribuirá para a articulação entre o Plano Nacional de Saneamento Básico, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos e o Plano Nacional de Recursos Hídricos."

"Art. 23. A entidade reguladora, observadas as diretrizes determinadas pela ANA, editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços públicos de saneamento básico, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

.....
XI - medidas de segurança, de contingência e de emergência, inclusive quanto a racionamento;

.....
XIII - procedimentos de fiscalização e de aplicação de sanções previstas nos instrumentos contratuais e na legislação do titular; e

XIV - diretrizes para a redução progressiva e controle das perdas de água.

COMPONENTE 2.4

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – IDENTIFICAÇÃO DA CONSULTORIA

Contratação de consultoria para apoio à elaboração de norma ou manual de procedimentos internos da ANA sobre ação mediadora ou arbitral nos conflitos que envolvam titulares, agências reguladoras ou prestadoras de serviços públicos de saneamento básico.

2 – JUSTIFICATIVA

Em 15 de julho de 2020, foi promulgada a Lei 14.026, que atualiza o marco legal do saneamento básico (Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007) e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, atribuindo à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para instituir normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, dentre outras alterações legais.

Uma das modificações produzidas nessa Lei refere-se ao art. 4º-A § 5º, que estabelece que *“a ANA disponibilizará, em caráter voluntário e com sujeição à concordância entre as partes, ação mediadora ou arbitral nos conflitos que envolvam titulares, agências reguladoras ou prestadoras de serviços públicos de saneamento básico.”*

Nesse momento, a agenda regulatória da ANA prioriza a elaboração de norma de procedimentos para a ação mediadora e arbitral, com previsão da edição no primeiro semestre de 2021. O objetivo é reforçar os métodos consensuais de solução de controvérsias no setor regulado de saneamento básico, promovendo maior rapidez e fomentando o sistema multiportas para a solução dos conflitos.

Assim, tendo em vista a nova atribuição da ANA em disponibilizar a ação mediadora e arbitral para as entidades do setor de saneamento básico, propõe-se a contratação de consultoria para prestação de serviço, conforme proposto neste Termo de Referência.

3 – OBJETIVO GERAL

O objetivo principal desta contratação é apoiar a ANA na elaboração de manual ou norma de procedimentos internos da agência para sua ação mediadora ou arbitral nos conflitos que envolvam titulares, agências reguladoras ou prestadoras de serviços públicos de saneamento básico.

4 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Elaborar o estado da arte da ação mediadora e arbitral no setor regulatório, no Brasil e no mundo e contextualização do problema;
- Elaborar as alternativas para a implantação da ação mediadora e arbitral;
- Elaborar o “roadmap” e proposta de manual e/ou norma de procedimentos, considerando o cenário escolhido;
- Elaborar um manual didático para a execução da atividade de ação mediadora e arbitral na regulação do serviço de saneamento básico a ser exercido pela ANA.

5 - ÁREA ABRANGIDA PELOS SERVIÇOS

Os produtos desse trabalho serão aplicados em todo o território nacional.

6 – PRODUTOS

6.1 – PRODUTO 1 – Relatório com estado da arte sobre a ação mediadora e arbitral no Brasil e no mundo e contextualização do problema.

O Consultor deve elaborar um minucioso estado da arte da ação mediadora e arbitral no setor regulatório no Brasil e no mundo, discutindo os benefícios e problemas enfrentados. Deve fazer uma análise da legislação, normativos e procedimentos de entidades públicas no que se refere a ação mediadora e arbitral, em especial das Agências Reguladoras nacionais, e trazer como apêndice, o compilado desse material.

Adicionalmente, o consultor deve discutir a abrangência legal da atuação da ANA (inclusive com a discussão sobre arbitragem e ação arbitral) e o alcance dessas decisões, tanto para a ação mediadora quanto para a ação arbitral (possibilidades de recorrer ao judiciário, etc). Nesse ponto deve necessariamente abordar:

- 1) Eventual norma de referência da ANA para a ação mediadora e arbitral das agências reguladoras infranacionais. Discutir a possibilidade, alcance e abrangência desta norma.
- 2) Eventual norma de procedimento para a atuação dos titulares, agências reguladoras e prestadores de serviços públicos de saneamento na mediação privada. Discutir também a possibilidade da condução do processo pela câmara de mediação e conciliação privada em seguir as orientações de um normativo da ANA.
- 3) Discussão sobre as câmaras de mediação e arbitragem privadas, legislação afeta, formas de regulação, atuação na área de saneamento básico, possibilidades de credenciamento entre outras questões afetas ao tema.

A partir desse conhecimento, o consultor deve elaborar o planejamento detalhado do prosseguimento do projeto, incluindo definição e descrição das etapas/atividades e seu planejamento operacional com os principais resultados esperados, fluxograma das atividades e cronograma. Deve identificar também as instituições e associações setoriais que deverão ser consultadas no processo de elaboração do manual, sugerindo datas e etapas do projeto em que deverão ser ouvidas.

Ao final dessa etapa, deverão ser realizadas reuniões com os principais atores envolvidos, buscando colher impressões, expectativas e subsídios para as próximas etapas do trabalho, inclusive um levantamento inicial das possíveis alternativas. A Consultoria deverá consolidar as contribuições recebidas para eventual incorporação aos trabalhos.

6.2 – PRODUTO 2 - Relatório com detalhamento, comparação e escolha da(s) melhor(es) alternativa(s) para a implantação.

Este produto deve prever no mínimo três cenários para a implantação da atribuição da ação mediadora e arbitral da ANA no setor regulatório de saneamento básico: 1) um cenário com atuação modesta; 2) um cenário com atuação intensiva; 3) um cenário intermediário.

Para cada cenário, o consultor deverá:

Propor o escopo e os temas que devem estar sujeitos à ação mediadora e arbitral do setor de saneamento básico e fluxo de procedimentos considerando as atribuições da ANA.

Necessariamente abordar as seguintes questões:

- Definir quais as matérias que serão passíveis de mediação e ação arbitral. Adicionalmente, deve-se definir quais matérias devem ser eleitas por critério político-administrativo para início dos trabalhos.
- Como deve ser o tratamento das decisões arbitrais que causem, eventualmente, algum gravame à administração pública ou impliquem prejuízo aos usuários do serviço público?
- Como devem ser estabelecidos os requisitos de confidencialidade frente a publicidade?
- Deve haver uma categorização do conflito? Por complexidade, por região ou nível federativo? Definir critérios para categorização do conflito.
- Definir os procedimentos internos e externos para a realização da mediação e ação arbitral e modelo de fluxograma.
- Considerar a implantação da utilização da ação mediadora e arbitral à distância.

As alternativas deverão ser comparadas quanto às suas vantagens e desvantagens incluindo os custos de implantação e operacionalização. Devem ser detalhados os benefícios e riscos envolvidos com a ação mediadora e arbitral efetuado pela ANA.

Os cenários deverão ser submetidos a DIREC para deliberação sobre qual deles deverá servir de base para a elaboração da proposta de manual ou norma de referência.

6.3 – PRODUTO 3 – Elaboração do “roadmap” e proposta de manual e/ou norma de procedimentos, considerando o cenário escolhido.

A Consultoria deverá elaborar um “roadmap” detalhado com o passo-a-passo da implementação dessa atribuição pela ANA.

A Consultoria também deverá elaborar a minuta de Manual e/ou Norma de Procedimentos sobre ação mediadora ou arbitral nos conflitos que envolvam titulares, agências reguladoras ou prestadoras de serviços públicos de saneamento básico, conforme padrão estabelecido pela ANA e seguindo a adequada técnica legislativa, estabelecendo os procedimentos para a ação mediadora e arbitral, considerando o cenário escolhido pela DIREC da ANA.

A minuta de norma ou manual deve necessariamente detalhar: i) procedimentos adequados para cada categoria de conflito e fluxograma detalhado; ii) detalhamento de código de conduta ética para ação mediadora e arbitral da ANA (se necessário); iii) definição dos procedimentos administrativos para a suspeição do mediador ou “árbitro”.

Ao término desta etapa, o trabalho de consultoria será interrompido por cerca de 30 dias, que é o prazo para trâmite interno para aprovação da Diretoria Colegiada sobre qual norma será publicada. Nesse período, portanto, não há previsão de atividades a cargo da Consultoria neste contrato.

6.4 – PRODUTO 4 – Elaboração de Manual de Orientação às agências reguladoras infranacionais, titulares e aos prestadores de serviços de saneamento básico.

A partir da versão final da resolução e da norma publicadas no Diário Oficial da União, a Consultoria deverá desenvolver:

- Manual orientativo às Agências Reguladoras, titulares e aos Prestadores de serviços de saneamento básico para utilização das ações mediadora e arbitral disponibilizadas pela ANA.

O manual deve ser apresentado de forma objetiva e adequada a sua compreensão, incluindo figuras e esquemas, a fim de propiciar maior compreensão e clareza para as agências reguladoras infranacionais, titulares e prestadores de serviços de saneamento básico. Deve necessariamente refletir os procedimentos estabelecidos na norma de procedimentos segundo o cenário escolhido para implantação.

O manual deve ser escrito de forma a ter leitura independente da norma, com orientações passo-a-passo para aos titulares, agências reguladoras e prestadores dos serviços.

O manual deverá conter, no mínimo, as seguintes seções:

- A que e a quem se destina;
- Definições e Glossário;
- Condições e situações para utilização da ação mediadora e arbitral pela ANA;
- Fluxograma esquematizando toda a sequência de etapas para os envolvidos, tanto para a ação mediadora quanto para a ação arbitral;
- Norma de procedimentos publicada pela ANA;
- Referências Bibliográficas.

A primeira versão do manual será disponibilizada pela ANA aos principais atores do setor por um período de 20 dias, solicitando contribuições quanto ao seu entendimento. As dúvidas levantadas deverão ser dirimidas pela consultoria por meio do aprimoramento do próprio Manual.

A versão final do Manual será aquela apresentada pela consultoria após a incorporação dos aprimoramentos decorrentes das dúvidas e questionamentos levantados durante o período de consulta dirigida do manual.

7 – ESTRATÉGIA DE AÇÃO

- a. A elaboração desses produtos será feita de forma participativa, buscando ouvir as partes afetadas durante seu processo de elaboração.
- b. Não é previsto o levantamento de dados primários para execução dos serviços objeto deste Termo de Referência. Todos os dados serão baseados em fontes secundárias, disponíveis ao público em geral.
- c. Durante a vigência do contrato, a Consultoria deve se programar para participar de reuniões mensais de acompanhamento dos trabalhos com a ANA. Essas reuniões poderão ser presenciais ou por videoconferência.
- d. Caso a consultoria contratada não resida em Brasília-DF, haverá necessidade de deslocamento para a realização de reuniões e apresentação dos produtos nesta Capital Federal ou em alguma capital de Estado para as reuniões com stakeholders. Os gastos logísticos referentes a esses deslocamentos estarão incluídos no custo total desta consultoria.
- e. Os contatos entre a Consultoria e os responsáveis designados pela ANA para a supervisão da consultoria ocorrerão por e-mail, telefone e/ou videoconferência.

8 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E DURAÇÃO DA CONSULTORIA

A duração do serviço de consultoria contratado será de 220 (duzentos e vinte) dias calendário, a contar da assinatura do Contrato, e a entrega dos produtos ao longo desse período será realizada conforme o cronograma expresso na Tabela 1.

Tabela 1 – Cronograma de entrega dos produtos e respectivo percentual de remuneração

Produtos Esperados	Prazo por Produto (dias)	Prazo acumulado (dias)	Percentual de Remuneração (%)
PRODUTO 1 – Relatório com estado da arte sobre a ação mediadora e arbitral no Brasil e no mundo e contextualização do problema.	30	30	20
PRODUTO 2 – Relatório com a identificação, detalhamento, comparação e escolha da(s) melhor(es) alternativa(s) para a implantação.	60	90	40
Trâmite interno para definição do cenário mais apropriado.	20	110	Não se aplica
PRODUTO 3 – Elaboração do “roadmap” e proposta de manual ou norma de procedimentos, considerando o cenário escolhido.	30	140	20
Trâmite interno e publicação da norma ou manual	30	170	Não se aplica
PRODUTO 4 - Elaboração de Manual de Orientação às agências reguladoras infranacionais e aos prestadores de serviços de saneamento básico.	40	210	20

9 – INSUMOS

As diárias e passagens aéreas nacionais que porventura sejam necessárias ao longo da execução do contrato para realização de reuniões e apresentação/discussão dos produtos estarão incluídos no custo total desta consultoria.

10 – LOCALIZAÇÃO DA CONSULTORIA

O(a) consultor(a) contratado(a) poderá residir em qualquer localidade do território nacional, devendo participar de reuniões em Brasília-DF, na Agência Nacional de Águas-ANA, a critério da ANA.

O(a) consultor(a) deverá ainda estar disponível, com equipamentos e conexão à internet adequados, para a realização de videoconferências, solicitadas a critério da ANA.

11 - LOCAL DE ENTREGA

Todos os produtos deverão ser entregues no BID e no Protocolo da ANA, em dias úteis, das 8 horas às 12 horas e das 14 horas às 17 horas no seguinte endereço: Agência Nacional de Águas (ANA) – Protocolo, Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, Bloco L. Brasília-DF. CEP: 70610-200.

12 - RESPONSABILIDADE PELA SUPERVISÃO DA CONSULTORIA

A supervisão do serviço será realizada pelo BID e por integrante do GT-Saneamento ANA, criado pela Portaria 30/2019 da Agência Nacional de Águas (ANA) e pelo BID, que designará os supervisores do contrato.

13 – CUSTO TOTAL

O custo total estimado para execução dos serviços descritos será definido quando da submissão do TDR para a seleção da consultoria.

Diárias e passagens aéreas nacionais para a participação de reuniões na ANA serão custeadas pelo Projeto. Estão previstas inicialmente reuniões presenciais ou por videoconferência, sendo a primeira (reunião de partida) presencial, na data de assinatura do contrato. Enquanto perdurar a crise sanitária da pandemia da COVID-19, as reuniões serão por videoconferência.

14 – FORMA DE PAGAMENTO E APROVAÇÃO DOS PRODUTOS

O pagamento deverá ser efetuado a partir da entrega dos produtos, nos percentuais definidos na Tabela 1.

Para que sejam considerados aceitos, todos os produtos serão submetidos à análise e validação pelos responsáveis da área técnica da ANA.

Após o encaminhamento de cada produto, a ANA enviará sugestões de aperfeiçoamento, se necessário, ou aprovará e enviará sua análise para o BID, que fará sua avaliação e providenciará o pagamento.

Os direitos autorais sobre os materiais produzidos no âmbito deste contrato deverão ser revertidos à Instituição Nacional Executora (ANA) e ao CONTRATANTE, e sua reprodução parcial ou total pelo CONTRATADO(A) ou terceiros, dependerá de autorização prévia das mencionadas instituições.

Os produtos apresentados deverão ter formatação, padronização e qualidade de texto compatíveis com o padrão de relatórios e documentos produzidos pela ANA, bem como o Manual para apresentação de relatórios técnicos, produtos e consultoria do BID.

15 – FONTE DE FINANCIAMENTO

Origem dos recursos: BID CT.

16 - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS TRABALHOS

Será indicada pela ANA uma equipe que fará a fiscalização, o acompanhamento e a supervisão dos trabalhos desenvolvidos.

Ao longo da elaboração do trabalho serão feitas reuniões mensais da Contratada com a equipe técnica da ANA (1 a 2 dias de duração), objetivando discutir o andamento dos trabalhos, dirimir dúvidas, firmar critérios e procedimentos, facilitar o acesso a dados, resolver pendências, propor encaminhamentos e tudo o mais que concorra para a transparência e fluidez da elaboração do trabalho. Material necessário às discussões deverão ser providenciados pela Contratada.

17 - CONFLITOS DE INTERESSE

O CONTRATADO e os profissionais de coordenação e da Equipe Executiva, durante a vigência e em até 6 meses após o término do contrato com a ANA não poderão prestar serviços para agências reguladoras ou prestadores de serviços de saneamento nos assuntos abordados pelas Normas de Referência objeto deste TDR

COMPONENTE 2.5

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – IDENTIFICAÇÃO DA CONSULTORIA

Contratação de consultoria técnica especializada para compilar e consolidar avaliação dos resultados alcançados com a formalização do Acordo de Cooperação Técnica (CT) entre ANA e BID para o “Apoio ao Desenvolvimento e Implementação da Regulação Nacional dos Serviços de Saneamento Básico do Brasil” e elaboração do Relatório Final da parceria.

2 - JUSTIFICATIVA

Este Termo de Referência (TDR) tem por objetivo contratar um consultor especializado para compilar e consolidar avaliação dos resultados alcançados com a formalização do Acordo de Cooperação Técnica (CT) entre ANA e BID para o “Apoio ao Desenvolvimento

e Implementação da Regulação Nacional dos Serviços de Saneamento Básico do Brasil” e elaboração do Relatório Final da parceria.

No último trimestre de 2020, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) sinalizou com a possibilidade de aportar recursos para apoiar desenvolvimento de ações estabelecidas pelo Novo Marco Regulatório em Saneamento Básico (Lei no. 14.026/2020) para a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), em uma ação bilateral entre a Agência e o BID.

Com esta sinalização positiva, foram realizadas uma série de reuniões virtuais entre as equipes técnicas das duas partes e acordou-se o escopo para o desenvolvimento de uma Cooperação Técnica Internacional (CT) envolvendo as duas instituições.

O objetivo principal da cooperação proposta é fortalecer a regulação dos serviços de saneamento básico do Brasil por meio do desenvolvimento e implementação da regulação nacional a cargo da ANA, tendo sido selecionadas as seguintes atividades, conforme abaixo:

- a. Planejamento e elaboração de normas de referência em saneamento básico (componente 1);
- b. Fortalecimento da capacidade institucional da ANA e das agências reguladoras infranacionais (componente 2);
- c. Apoio técnico para a implementação do CT (componente 3).

No âmbito desta contratação, trata-se da execução do componente 3 – Apoio Técnico para a implementação do CT, que segue com a única atividade:

Atividade 3.1: Elaboração de insumos (análises e pareceres técnicos) para a implementação, monitoramento e avaliação dos produtos da CT, assegurando desta maneira a boa qualidade das normas regulatórias.

Tal componente é muito comum nessas cooperações técnicas, pois devem prestar um auxílio administrativo na execução das atividades com grande experiência, além de um papel de acompanhamento da execução do Acordo por parte do órgão financiador, no caso o BID.

3 – OBJETIVO GERAL

O objetivo principal desta contratação é avaliar a execução da CT (implementação e monitoramento), por meio de insumos, como pareceres técnicos e análises em geral.

4 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Elaborar o Plano de Avaliação e Monitoramento da CT, com indicadores claros de acompanhamento previamente discutido com o GT Saneamento Básico.
- Elaborar o Documento descritivo com levantamento das ações realizadas até o momento da CT, com indicativo preliminar do andamento das ações bem como oferecimento de proposta para melhorias.
- Elaborar o Documento técnico descritivo propondo a itemização e estrutura do relatório final da CT.
- Elaborar o Documento Final abrangendo o Relatório Final da CT, com análise quanto às boas práticas e às lições aprendidas ao longo da realização parceria, de forma a promover seu compartilhamento em âmbito nacional e internacional.
- Elaborar o Documento propondo o resumo executivo do relatório final.

5 - ÁREA ABRANGIDA PELOS SERVIÇOS

Os produtos desse trabalho serão aplicados em todo o território nacional.

6 - PRODUTOS

Produtos	Descrição
Produto 1	Plano de Avaliação e Monitoramento da CT, com indicadores claros de acompanhamento previamente discutido com o GT Saneamento Básico.
Produto 2	Documento descritivo com levantamento das ações realizadas até o momento da CT, com indicativo preliminar do andamento das ações bem como oferecimento de proposta para melhorias.
Produto 3	Documento técnico descritivo propondo a itemização e estrutura do relatório final da CT.
Produto 4	Documento Final abrangendo o Relatório Final da CT, com análise quanto às boas práticas e às lições aprendidas ao longo da realização parceria, de forma a promover seu compartilhamento em âmbito nacional e internacional.
Produto 5	Documento propondo o resumo executivo do relatório final.

7 – ESTRATÉGIA DE AÇÃO

a) Durante a vigência do contrato, o consultor deve se programar para participar de reuniões mensais de acompanhamento dos trabalhos com a ANA. Essas reuniões poderão ser presenciais ou por videoconferência.

b) Caso o consultor contratado não resida em Brasília-DF, haverá necessidade de deslocamento para a realização de reuniões e apresentação dos produtos nesta Capital Federal ou em alguma capital de Estado para as reuniões com stakeholders. Os gastos logísticos referentes a esses deslocamentos correrão por conta do Projeto de Cooperação Técnica - PCT.

c) Os contatos entre o Consultor e os responsáveis designados pela ANA para a supervisão da consultoria ocorrerão por e-mail, telefone e/ou videoconferência.

8 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E DURAÇÃO DA CONSULTORIA

A duração do serviço de consultoria contratado será de 12 meses, a contar da assinatura do Contrato, e a entrega dos produtos ao longo desse período será realizada conforme o cronograma expresso na Tabela 1.

Tabela 1 – Cronograma de entrega dos produtos e respectivo percentual de remuneração

Produtos Esperados	Prazo (meses)*	Percentual de Remuneração
PRODUTO 1 – Plano de Avaliação e Monitoramento da CT, com indicadores claros de acompanhamento previamente discutido com o GT Saneamento Básico.	01	10 %
PRODUTO 2 - Documento descritivo com levantamento das ações realizadas até o momento da CT, com indicativo preliminar do andamento das ações bem como oferecimento de proposta para melhorias.	07	35 %
PRODUTO 3 – Documento técnico descritivo propondo a itemização e estrutura do relatório final da CT.	10	10 %
PRODUTO 4 – Documento Final abrangendo o Relatório Final da CT, com análise quanto às boas práticas e às lições aprendidas ao longo da realização parceria, de forma a promover seu compartilhamento em âmbito nacional e internacional.	11	35%
PRODUTO 5 – Documento propondo o resumo executivo do relatório final.	12	10%

*Contado a partir da assinatura do contrato.

9 – INSUMOS

As diárias e passagens aéreas nacionais que porventura sejam necessárias ao longo da execução do contrato para realização de reuniões e apresentação/discussão dos produtos serão custeadas pelo Projeto de Cooperação Técnica - PCT.

10 – LOCALIZAÇÃO DA CONSULTORIA

O(a) consultor(a) contratado(a) poderá residir em qualquer localidade do território nacional, devendo participar de reuniões em Brasília-DF, na Agência Nacional de Águas-ANA, a critério da ANA.

O(a) consultor(a) deverá ainda estar disponível, com equipamentos e conexão à internet adequados, para a realização de videoconferências, solicitadas a critério da ANA.

11 - LOCAL DE ENTREGA

Todos os produtos deverão ser entregues no BID e no Protocolo da ANA, em dias úteis, das 8 horas às 12 horas e das 14 horas às 17 horas no seguinte endereço: Agência Nacional de Águas (ANA) – Protocolo, Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, Bloco L. Brasília-DF. CEP: 70610-200.

12 - RESPONSABILIDADE PELA SUPERVISÃO DA CONSULTORIA

A supervisão do serviço será realizada pelo BID e por integrante do GT-Saneamento ANA, criado pela Portaria 30/2019 da Agência Nacional de Águas (ANA) e pelo BID, que designará os supervisores do contrato.

13 – CUSTO TOTAL

O custo total estimado para execução dos serviços descritos será definido quando da submissão do TDR para a seleção da consultoria.

Diárias e passagens aéreas nacionais para a participação de reuniões na ANA serão custeadas pelo Projeto. Estão previstas inicialmente reuniões presenciais ou por videoconferência, sendo a primeira (reunião de partida) presencial, na data de assinatura do contrato. Enquanto perdurar a crise sanitária da pandemia da COVID-19, as reuniões serão por videoconferência.

14 – FORMA DE PAGAMENTO E APROVAÇÃO DOS PRODUTOS

O valor total do serviço será pago conforme o cronograma de entrega de produtos e respectivo percentual de remuneração (Tabela 1).

Para que sejam considerados aceitos, todos os produtos serão submetidos à análise e validação pelos responsáveis da área técnica da ANA.

Após o encaminhamento de cada produto, a ANA enviará sugestões de aperfeiçoamento, se necessário, ou aprovará e enviará sua análise para o BID, que fará sua avaliação e providenciará o pagamento.

Os direitos autorais sobre os materiais produzidos no âmbito deste contrato deverão ser revertidos à Instituição Nacional Executora (ANA) e ao CONTRATANTE, e sua reprodução parcial ou total pelo CONTRATADO(A) ou terceiros, dependerá de autorização prévia das mencionadas instituições.

Os produtos apresentados deverão ter formatação, padronização e qualidade de texto compatíveis com o padrão de relatórios e documentos produzidos pela ANA, bem como o Manual para apresentação de relatórios técnicos, produtos e consultoria do BID.

15 – FONTE DE FINANCIAMENTO

Origem dos recursos: CT BID.

16 - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS TRABALHOS

Será indicada pela ANA uma equipe que fará a fiscalização, o acompanhamento e a supervisão dos trabalhos desenvolvidos.

Ao longo da elaboração do trabalho serão feitas reuniões mensais da Contratada com a equipe técnica da ANA (1 a 2 dias de duração), objetivando discutir o andamento dos trabalhos, dirimir dúvidas, firmar critérios e procedimentos, facilitar o acesso a dados, resolver pendências, propor encaminhamentos e tudo o mais que concorra para a transparência e fluidez da elaboração do trabalho. Material necessário às discussões deverão ser providenciados pela Contratada.

17 - CONFLITOS DE INTERESSE

O CONTRATADO e os profissionais de coordenação e da Equipe Executiva, durante a vigência e em até 6 meses após o término do contrato com a ANA não poderão prestar serviços para agências reguladoras ou prestadores de serviços de saneamento nos assuntos abordados pelas Normas de Referência objeto deste TDR.

